

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

MARIA MARLETE FERREIRA GOMES

**HISTÓRIAS DE VIDA PELAS VOZES DE AGRICULTORAS ACAMPADAS NO
TIBIRIÇÁ, MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA.**

MARABÁ, PARÁ

2016

MARIA MARLETE FERREIRA GOMES

**HISTÓRIAS DE VIDA PELAS VOZES DE AGRICULTORAS ACAMPADAS
NO TIBIRIÇÁ, MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idelma Santiago da Silva

MARABÁ, PARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA.
Marabá, PA

Gomes, Maria Marlete Ferreira

Histórias de vida pelas vozes de agriculturas acampadas no Tibiriçá, município de Marabá-PA / Maria Marlete Ferreira Gomes ; orientadora, Idelma Santiago da Silva. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura de Educação do Campo, Habilitação em Ciências Humanas e Sociais, Marabá, 2016.

1. Mulheres na agricultura política – Marabá (PA). 2. Mulheres do campo política – Marabá (PA). 3. Trabalhadores rurais. 4. História oral. I. Silva, Idelma Santiago da, orient. II. Título.

CDD: 21. ed.: 615.537

MARIA MARLETE FERREIRA GOMES

**HISTÓRIAS DE VIDA PELAS VOZES DE AGRICULTORAS ACAMPADAS
NO TIBIRIÇÁ, MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA.**

Data de aprovação: Marabá - PA 25 de abril de 2016,
Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Idelma Santiago da Silva (orientadora)

Prof. Dr. Hiran de Moura Possas (membro)

Profa. Me. Ailce Margarida Negreiros Alves (membro)

Aos Movimentos Sociais do Campo pela luta que tiveram para tornar possível o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, e me oportunizar essa rica experiência para meu crescimento pessoal e profissional.

A minha família pelo apoio incondicional, durante toda essa trajetória de vida, e pela pessoa que me fizeram ser. A minha mãe dedico um agradecimento especial, pelas aprendizagens construídas e por tratar-se de minha referência de vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a deus, por mais essa etapa concluída.

Aos movimentos sociais do campo que lutaram para que esse curso se tornasse realidade para que nós, filhos/as de agricultores/as, tivéssemos a oportunidade de ter acesso ao ensino superior.

A todos os educadores/as da Faculdade da Educação do Campo que durante esse processo formativo no curso deixaram suas contribuições, nos desafiando sempre a construir novos aprendizados.

A minha orientadora e professora Idelma a quem tenho profunda admiração, por me oportunizar durante esse processo formativo muitos aprendizados nos quatro anos que atuei, enquanto bolsista, de projetos de iniciação científica coordenados por ela. E, principalmente, por acreditar no meu potencial em desenvolver esse trabalho. Agradeço ainda pela sua paciência, dedicação empenhada neste trabalho e por sempre me incentivar em produzir reflexões das pesquisas a qual realizava. Dizer que aprendi muito, foram experiências riquíssimas que só foram possíveis a partir da construção coletiva. Que continue acreditando na luta dos/as trabalhadores/as e em uma educação do campo de qualidade.

Aos educandos/as e aos professores/as das escolas Carlos Marighella e Boa Esperança do Burgo que me receberam para a realização das pesquisas sócioeducacionais e os estágios docência no Tempo Comunidade do curso, grata pelo apoio e pela colaboração com minha formação.

Aos colegas de turma, por sempre estarem dispostos a contribuir com novas aprendizagens coletivas: as amigas/os Ana, Aline, Eduardo, Francisco, Ingled, Leidiana, Luciana, Léia, Naélia, Rony, Rodrigo e Yank e os demais colegas por essa troca de experiência durante o curso e, principalmente, pela amizade que construímos ao longo dessa trajetória; dizer que aprendi muito com vocês, grata pelo convívio e a companhia de cada um nos almoços coletivos.

E por fim, meus agradecimentos a Antônia, Dagmar, Francisca e Silvia que sempre estiveram dispostas a nos contar suas memórias de luta e de vida, experiências ricas que foram fundamentais na construção deste trabalho.

“(...) refletir sobre a história de vida é também refletir sobre a educação experimentada em diferentes contextos relações e interação sociais”.
(ANJOS E MEDEIROS,2009).

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender as trajetórias de vida e trabalho na terra de mulheres acampadas no Tibiriçá, município de Marabá, Sudeste do Pará. Este estudo teve como objetivo abordar as narrativas de histórias de vida de agricultoras acampadas, visando discutir suas trajetórias e experiências de trabalho na terra buscando compreender também sua participação nos processos de luta pela/na terra. Esse trabalho foi realizado a partir de dados construídos com as/os acampadas/os, utilizando-se da metodologia da história oral, através de entrevistas de histórias de vida com quatro mulheres, e a aplicação de um questionário dirigido com 85 famílias. O estudo construído sobre as memórias das mulheres na luta social no campo tem nos proporcionado um olhar sobre o papel que as mulheres vêm desempenhando na luta pela/na terra na região, bem como possibilitado a valorização da dimensão de produção discursiva de suas experiências.

PALAVRAS – CHAVES: Mulheres Acampadas; Histórias de Vida; Trabalho; Luta pela/na Terra.

LISTA DE SIGLAS

CNPQ: Conselho Nacional de pesquisa

CPT: Comissão Pastoral da Terra

FATA: Fundação Araguaia Tocantins Araguaia

FETAGRI: Federação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará – Regional Sudeste

FECAT: Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará

INCRA: Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

STTR: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFPA: Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1- O ACAMPAMENTO TIBIRIÇÁ E A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ.....	16
1.1 – Contextualização da Luta pela Terra na Região Sudeste do Pará.....	17
1.2 - O Processo de formação/consolidação do Acampamento Tibiriça.....	23
2 – TRABALHO, GÊNERO E PRÁTICAS PRODUTIVAS NO ACAMPAMENTO TIBIRIÇÁ.....	31
2.1- Leitura das práticas produtivas realizadas no Acampamento Tibiriçá.....	31
2.2 - Relações de trabalho: aspectos sobre a Divisão Sexual do Trabalho.....	41
3 - HISTÓRIAS DE VIDA PELAS VOZES DE AGRICULTORAS ACAMPADAS NO TIBIRIÇÁ, MUNICÍPIO DE MARABÁ-PÁ.....	46
CONSIDERAÇÕES.....	57
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS.....	62

INTRODUÇÃO

Este trabalho intitulado “**Histórias de vida pelas vozes de Agricultoras acampadas no Tibiriçá, município de Marabá-PA**” busca compreender as trajetórias de vida e trabalho na terra de mulheres acampadas no Tibiriçá, município de Marabá, Sudeste do Pará. A pesquisa teve como objetivo abordar as narrativas de histórias de vida de agricultoras acampadas, visando discutir suas trajetórias e experiências de trabalho na terra buscando compreender também sua participação nos processos de luta pela conquista da terra.

O interesse em pesquisar e aprender sobre este tema se deu em decorrência de minha participação enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC/ CNPq/UNIFESSPA), no projeto de pesquisa “História de Mulheres do Campo”, no qual estive desenvolvendo o plano de trabalho “História de vida e trabalho na terra: experiência de mulheres camponesas no sudeste do Pará”.

Outro fator que motivou continuar pesquisando as mulheres agricultoras rurais se deu em virtude de tratar-se de uma temática social ainda bastante invisível para o conjunto da nossa sociedade, e o não reconhecimento de suas histórias contribui, de certo modo para apagar suas lutas, deixando assim essas mulheres excluídas da memória social da luta pela terra, em nossa região.

Para além dos fatores pessoais que me instigaram à realização da pesquisa, a mesma pode trazer reflexões importantes que possam subsidiar outros processos de pesquisa contribuindo assim para a visualização do protagonismo das mulheres nesta região.

O interesse em pesquisar o Acampamento Tibiriçá deve-se ao fato de tratar-se de um espaço em construção pela organização de trabalhadores/as rurais, incluindo os/as acampados/as e a mediação sindical. Ele possibilita a investigação da dinâmica de um caso da luta pela terra, enfocando a participação das mulheres no tocante ao trabalho produtivo.

Ainda em se tratando do interesse em pesquisar o acampamento, várias foram as causas que me motivaram dentre elas, por ser filha de agricultores e a minha família fazer parte desse processo de luta, no próprio lócus da pesquisa.

Diante disso, é importante ressaltar como a família é inserida nesse processo da luta pela terra no Acampamento Tibiriçá e quais os fatores que contribuíram para que a minha família vivenciasse essa experiência de vida na situação de acampada.

No primeiro momento essa experiência se deu pelo fato da vinda da família para a cidade de Marabá, para acompanhar os/as filhos/as no processo de escolarização uma vez que

na localidade que morávamos só tinha até a quarta série do ensino fundamental, e a distância de Marabá até a comunidade conhecida como Tracoá é aproximadamente 230 km e isso impossibilitava a família de continuar com as atividades na agricultura familiar já que era a principal renda da família.

Diante disso, a família viu a necessidade de conseguir uma terra mais próxima da cidade, onde pudessem continuar com suas atividades na terra e afirmar suas origens camponesas.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi adotada também a metodologia da história oral e o recurso da memória e da narrativa oral, por acreditar que elas possibilitam a produção (configuração) das experiências de vida das mulheres; de suas visões sobre os eventos passados e sua participação neles, bem como às compreensões que elas elaboram sobre a luta, a resistência, o trabalho e os desafios que identificam nesse processo que envolve a conquista da terra, no sudeste do Pará.

Nesse fazer, optamos especificamente pela técnica de entrevista de história de vida. Durante o desenvolvimento do trabalho foram realizadas quatro entrevistas orais gravadas (em áudio) e transcritas, objeto de análise nesse trabalho. Além disso, foi aplicado um questionário dirigido a 85 (oitenta e cinco) famílias acampadas/ cuja tabulação quantitativa dos dados, e sua análise, permitiram informações fundamentais sobre o contexto geral do trabalho e da produção no acampamento, inclusive da participação das mulheres nos processos produtivos.

A metodologia da história oral segundo Delgado (2006) é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas e consensuais. Assim, não é apenas compartilhar a história vivida, mas uma forma de registrar testemunhos sobre essa história vivida.

O uso da memória nesse trabalho aparece como a principal fonte dos depoimentos orais, tendo em vista que esta proporciona aos sujeitos recordar os acontecimentos significativos que marcaram sua vida. No entanto, “[...] a memória é seletiva, em parte se explica, por essa dinâmica dos projetos e da reconstrução de identidade, que leva as referências do passado a um processo permanente de dê e reconstrução” (VELHO, 1994, p. 104).

Desse modo, a memória, por sua vez, é um elemento essencial que propicia ao sujeito relembrar (e reelaborar) o passado como uma forma de conhecimento da experiência

do vivido, assim sendo, a memória é um caminho que permite a prática de interpretação e ressignificação das trajetórias e projetos de vida pelos agentes sociais e históricos.

O sujeito que narra o passado é um sujeito impregnado do presente e de futuro. Haja vista que, as leituras que as pessoas fazem do passado são interpretadas e ressignificadas no tempo presente, como nos lembra Montenegro (2013, 20), “[...] o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja vista que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente”.

Assim, a memória e a experiência ambas são reconstruídas permanentemente inclusive discursivamente no ato da narrativa. Noutras palavras, a memória é uma evocação do passado, e sempre influenciada pela marca da temporalidade.

No caso específico desse trabalho, o uso da memória surge para compreendermos as experiências de luta e trabalho das mulheres do campo.

Trata-se essencialmente de visibilizar a fala feminina, fala essa tantas vezes ocultada, por conta da representação social que se faz sobre sua prática, exemplo disso é o observado nas análises dos conflitos agrários na região, onde o ser mulher normalmente não aparece (BEZERRA, 2008. p. 20).

Este trabalho aborda trajetórias de vida e, portanto, além dos aspectos ressaltados sobre o caráter reconstrutivo da memória, á de se considerar que a produção de uma narrativa sobre si, nas entrevistas, constitui uma organização lógica das experiências. Ainda que amparado no vivido, trata-se de uma reconstituição a partir de fragmentos selecionados tendo em vista múltiplos vieses, tais como as mútuas determinações de memória, identidade e projeto (VELHO, 1994). Assim, os “momentos ou passagens significativas de sua vida” (SILVA, 2004, p.2) são objetos permanentes de avaliação e recomposição ao longo da vida de uma pessoa e mediante condições de possibilidades narrativas.

Na composição do referencial teórico que se apresentará ao longo do trabalho, destacamos as seguintes categorias e autores. Para a temática de gênero foram fundamentais as reflexões de autores como: Bezerra (2008), Neves (2013), Torres (2012), Silva (2007) e Hirata (2009). Sobre a discussão de relações de trabalho das mulheres dialogamos a partir das reflexões de Antunes (2005), Reis Filho (2012), Resende (2009), Portela et.al (2004). Em se tratando da compreensão das lutas sociais do campo na região Sudeste do Pará, referenciamos em Pereira (2013), Hébette (2004), Velho (1972) e Martins (2001). Para os temas da história oral, memória e identidade recorreremos as contribuições de Velho (1994), Silva (2008),

Delgado (2006), Montenegro (2013) e Guimarães Neto (2010). E, por fim, quanto a categoria de experiência utilizamos Larrosa (2011), Scott (1999) e Thompson (1981).

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos traçar a partir de um breve histórico o processo da luta pela terra na região sudeste do Pará, procurando destacar quais os principais fatores que influenciaram na dinâmica de ocupação da Amazônia. Ainda nesse capítulo falo do processo de formação do acampamento Tibiriçá nesse contexto da luta pela conquista da terra na região.

No segundo capítulo, procuramos fazer uma leitura das práticas produtivas que vêm sendo desenvolvidas pelos/as agricultores/as acampados/as no Tibiriçá, bem como fazendo um recorte tratando sobre a divisão sexual do trabalho no Acampamento, buscando identificar as relações de trabalho presente no Acampamento Tibiriçá, e como tem ocorrido a divisão sexual do trabalho.

No terceiro capítulo, realizamos uma análise referente às trajetórias de vida de quatro agricultoras acampadas no Tibiriçá, tendo em vista os principais elementos que se configuram significativos e que marcam suas histórias de vida que são migração, trabalho e luta pela/na terra.

CAPÍTULO 1

O ACAMPAMENTO TIBIRIÇÁ E A LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ

Ao contextualizar o acampamento Tibiriçá será realizada uma abordagem dos aspectos gerais sobre a região desde o processo de ocupação. Não sendo objetivo deste trabalho, dar conta de toda a história. Nesses aspectos gerais buscamos falar a partir da década de 1970 quando se intensifica essa luta na região, principalmente marcada pela ocupação da Amazônia, a abertura de estradas, instalação de grandes projetos, a implantação de grandes fazendas e a vinda de muitos migrantes que na sua maioria é de origem nordestina e que junto a essa dinâmica de ocupação muitos conflitos dos quais se manifestam até os dias atuais.

A esse respeito optamos por falar da realidade local do acampamento e ao mesmo tempo trazendo alguns elementos desse período que nos possibilita a compreensão do que foi o processo de ocupação seja na esfera da região sudeste, seja na dinâmica que estabeleceu na conquista do acampamento pelos trabalhadores/as.

Busca-se dessa forma compreender a história dos sujeitos envolvidos no processo de ocupação da região sudeste em especial dos camponeses, tentando refletir sobre como esse processo têm se dado.

Primeiramente será realizada uma contextualização desse período que marca a luta por e pela terra nessa região, bem como apresentando os principais fatores que influenciaram nessa dinâmica da ocupação, como as políticas de desenvolvimento para Amazônia promovida pelo governo federal, o processo migratório e os conflitos agrários que ocorreram durante a disputa do território.

Em um segundo momento, procuramos falar das estratégias de ocupação e de luta, considerando suas alterações ao longo do tempo.

Por último, será abordado o processo de luta e resistência que as famílias tiveram durante o período que esteve acampado, relatando suas experiências e os desafios nesse processo que envolve a conquista da terra.

1.1- Contextualização da Luta pela Terra Região Sudeste do Pará

Pensar a formação do campesinato no sudeste paraense é também refletir como têm sido essa expansão da fronteira amazônica, e como estes elementos presentes nessa dinâmica de certa forma contribuíram para a construção do campesinato regional.

É importante ressaltar que a formação do campesinato na região se consolida pela migração e um dos fatores de atração deve-se a biodiversidade, cuja cobertura vegetal, recursos hídricos, fauna, subsolo, constituíam possibilidades de produção da existência material, bem como nalguns casos também compunham elementos do imaginário social desses grupos migrantes. Assim sendo, poderíamos identificar algumas identidades sociais, mais ou menos transitórias, que evidenciam a diversidade de experiências campesinas na região, como castanheiros, seringueiros, ribeirinhos, garimpeiros, além de diferentes povos indígenas. Até meados do século XX, as terras ainda eram poucas habitadas e a principal fonte de riqueza não estava associada a sua propriedade, mas sim ao extrativismo da castanha-do-Pará. A partir da década de 1960 a Amazônia se torna área de expansão do capital nacional e internacional, tendo o governo federal como o principal indutor de políticas de colonização e de incentivos fiscais para a implantação de empreendimentos agropecuários e de exploração mineral. Incluía nos planos governamentais políticas de atração de migrantes para a região, visando a colonização agrícola, mas especialmente, a constituição de mercados de trabalho para viabilizar os empreendimentos empresariais.

Um fator que influenciou o processo de formação do campesinato no sudeste do Pará foi a construção da rodovia Transamazônica na década de 1970, que possibilitou a vinda de muitos migrantes de várias regiões do país em busca de terra e trabalho. Mas, por outro lado, marca o início de um processo de disputa pelo território entre os/as trabalhadores/as e os grandes empresários, marcando a região pelos conflitos agrários que perduram até os dias atuais. Esses conflitos se deram, em grande parte, devido a grilagem de terras por diferentes grupos de empreendimentos que se instalaram na região, desdobrando-se em uma intensa violência no campo principalmente contra posseiros e trabalhadores rurais.

Nesse sentido, Pereira (2013) ressaltava que “à medida que empresários, comerciantes e fazendeiros constituíam as suas propriedades, trabalhadores/as rurais, que chegavam de diversas partes do Brasil, disputavam com eles a terra”.

É importante ressaltar que muitos desses trabalhadores/as já vinham durante anos se deslocando por várias regiões do Brasil em busca de terra. Exemplo disso, são algumas das famílias que participam da construção deste trabalho, cujas trajetórias de vida evidenciam

esses múltiplos deslocamentos. Essas famílias, por não possuir a posse da terra, saíam trabalhando em fazendas em serviços temporários para garantir a sua subsistência.

Na segunda metade do século XX, o Estado do Pará surge como um território de possível acolhimento para aqueles trabalhadores/as, especialmente pela realização do sonho da conquista da posse de uma terra e de autonomia para desenvolver suas atividades.

Porém, a região, nesse período, passava por um fluxo migratório muito grande, uma vez que muitas dessas famílias migravam na perspectiva tanto da conquista da terra, quanto do trabalho. A migração por trabalho era motivada tanto pela economia da Castanha do Pará, as obras de infraestrutura, os serviços nas cidades em formação e na implantação de fazendas. No geral, essas duas motivações – terra e trabalho - não eram excludentes, mas combinavam-se em trajetórias de vida marcadas pela mobilidade e polivalência de atividades.

Assim, o que explica esse processo migratório de camponeses para a Amazônia nesse período deve-se a promessa de terras e empregos, principalmente nesse processo do extrativismo na região que permitiu que muitos trabalhadores/as tivessem não só a oportunidade de trabalhar, mas conseguir a terra.

A chegada dos migrantes em busca de terra foi marcada por muitas dificuldades: situação financeira difícil, processo de adaptação e instalação no novo espaço e outras questões que tornavam a vida na fronteira muito difícil. Assim quando se iniciam as ocupações dos castanhais e fazendas da região, como forma de superação dos problemas iniciais, a primeira forma de organização é a solidariedade entre as famílias, no trabalho e na luta, [...] (BEZERRA, 2008, p.35).

Contudo, na medida em que ocorria a expansão da fronteira, com as ocupações de terras devolutas, seja pelos trabalhadores/as e os grandes empresários, isto implicava num aumento significativo de conflitos fundiários na região. No entanto, este cenário descrito por Martins (2001), vai caracterizar o sudeste paraense, principalmente a partir da década de 1970 como uma região de fronteira.

Além disso, as interpretações realizadas por Hébette (2004) e Velho (1972), sobre o contexto da região, contribuiu para compreendermos como se deu a dinâmica estabelecida no processo de ocupação desta região que é marcada, sobretudo por um período intensificado com a política de desenvolvimento da Amazônia promovidas pelo governo federal. Principalmente, com a abertura de estradas como a Belém-Brasília, a Transamazônica, a PA 150 e a BR 222. Essas rodovias possibilitaram a migração de grande número de trabalhadores/as de várias regiões do país em busca de terra e trabalho.

Percebe-se que inicialmente com a abertura dessas rodovias ao longo desse período constituíram dois processos importantes que merecem ser destacados, uma se refere à construção da formação do campesinato na região haja vista que estas famílias migram na tentativa da conquista da terra; o segundo elemento trata dos projetos de desenvolvimentos para Amazônia, isso fez com que a região se tornasse alvo de interesses para os diferentes grupos que por aqui chegavam.

Nesse fazer da luta pela terra na região, os/as trabalhadores/as percebem a necessidade de se organizar em grupos para fortalecer sua atuação buscando romper a lógica do latifúndio que persiste neste cenário agrário na região. Contudo faz se necessário dizer que os trabalhadores/as para garantir sua permanência nas áreas ocupadas e ou acampadas estes vão criando e recriando suas próprias estratégias de luta e resistência para se manterem no espaço e obter a terra.

Contrapondo a lógica do latifúndio é que faz presente a criação dos projetos de assentamentos. Compreende-se que a terra é um bem comum que deve ser utilizada em benefício de todos e não de uma pequena parcela de pessoas. É nessa perspectiva de dar maior distribuição e utilização da terra é que se faz necessário pensar outro projeto de campo e de sociedade.

Um campo em que a produção se sustente a partir das estruturas familiares e da diversificação da produção, com políticas públicas específicas e, sobretudo um campo que não seja o do agronegócio mais um campo habitado e com qualidade de vida, uma vez que essas populações que historicamente foram e são esquecidas pelas políticas públicas necessitam e têm direito de viver dignamente, cultivar suas raízes culturais e principalmente valorizando sua identidade de camponês.

Assim sendo, a luta por e pela terra a partir dos anos 90 começam ter novo impulso, tendo em vista que os/as trabalhadores/as organizados em diversos movimentos sociais do campo são os autores que tendem ir ao enfrentamento, lutam e ocupam um lugar importante na conquista e consolidação do território camponês.

Assim, essa dinâmica de ocupação ao longo do período tem ocorrido algumas transformações nesse cenário agrário. Desse modo, segundo Assis (2009, p. 116) retratando sobre esta região, diz que “o movimento sindical se fortaleceu e novos atores se constituíram”. Como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a atuar na região, isso fazer com que os movimentos adotassem novos aprendizados na luta especialmente pelo movimento sindical com relação à estratégia de acampamento praticada pelo MST. A partir disso, esse panorama da luta tem novos rumos,

tendo em vista que estes vão construir estratégias para continuar a luta dos trabalhadores/as no sudeste do Pará.

O Acampamento configura-se como uma prática fundamental nas estratégias dos trabalhadores/as rurais na luta pela terra no sudeste do Pará, especialmente a partir de meados da década de 1990, quando ocorre a transição da “luta posseira” a “luta sem terra”. “A prática do acampamento, aglutinando homens, mulheres e crianças em frente ou dentro dos imóveis que reivindicavam, foi eleita como uma das principais estratégias de luta pela terra” (PEREIRA, 2013, p. 231). Nessa prática, a prioridade da luta se volta para o enfrentamento com as políticas de reforma agrária do Estado e não simplesmente o enfrentamento direto com os grandes proprietários rurais. Ainda assim, o conflito agrário envolvendo trabalhadores/as rurais na luta pela terra e fazendeiros e/ou grandes empresas persiste, especialmente quando os primeiros são alvos de ameaças e violências praticadas por pistoleiros e/ou escoltas armadas a mando dos últimos, bem como nas ações de despejo, em geral, promovidas pelo Estado.

Faz se necessário dizer que as mulheres nesse processo da luta pela terra têm desempenhado um papel fundamental, caracterizado pela polivalência nas atividades e tarefas, inclusive no período da luta posseira.

[...] a presença das mulheres na luta pela terra no Pará. Embora muitos grupos de posseiros tenham sido formados, no primeiro momento das ocupações, só por homens, muitas mulheres estavam lá fazendo parte do confronto armado. Elas não só ajudavam os homens nos serviços das roças, nas construções de casas e nas reuniões, mas foram também vítimas da violência não só porque viram os seus esposos, filhos, pais e amigos sendo torturados e assassinados, mas porque foram estupradas, espancadas e também assassinadas. Em diversos momentos, recaíram sobre elas a responsabilidade de proteger os seus maridos, filhos e amigos, escondendo-os dentro ou no quintal da casa, enfrentando, às vezes, fisicamente, os pistoleiros pedindo, sob lágrimas, que não os assassinassem ou mesmo fugindo para direções opostas onde estavam os homens escondidos para despistar os criminosos. Há casos em que elas se colocaram em fuga levando crianças e alguns utensílios domésticos, no meio da noite, à procura de um lugar seguro. Em outros momentos, estando na cidade, enviavam recados para os grupos de posseiros avisando-os sobre alguma diligência da polícia ou de um suposto ataque de pistoleiros. Em certas situações, eram elas que levavam munições para os homens entrincheirados, passando por barreiras policiais ou mesmo fazendo chegar ao STR, ao bispo, ao padre e à CPT as informações ou denúncias da violência contra comunidades de posseiros (PEREIRA, 2013, p. 137-138).

Nesse sentido, percebe-se que as mulheres protagonizavam processos de enfrentamento juntamente com seus familiares desde o período da luta posseira, tendo em

vista que elas em diversos momentos assumiam diferentes responsabilidades, incluindo medidas de proteção aos homens da família. Nessas circunstâncias, a mulher podia ficar exposta a violações como alvo dos pistoleiros.

A partir da segunda metade da década de 1990 ocorrem mudanças nas estratégias e táticas de luta pela terra, como também nos processos de alter-auto-identificação daqueles que realizam essa luta, agora denominados *sem terras*. O acampamento passa a ser, então, uma das principais estratégias da luta pela terra. Ele se configura também como uma das formas possíveis de se proteger das ações violentas realizadas ou orquestradas por entidades patronais e aparelhos de Estado.

Desse modo, os acampamentos têm sido nos últimos anos um dos espaços considerados tanto pelo Movimento Sindical de Trabalhadores/as Rurais, assim como pelo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), espaços educativos e de formação de novas lideranças, tendo em vista que desde o início contam com a participação de homens, mulheres, jovens e crianças, ampliando os protagonistas diretos da luta pela terra na região e fazendo emergir preocupações de gênero e geração.

Diante do contexto da luta pela terra na região, o acampamento têm se consolidado como um espaço de luta, resistência e persistência, mas também é um lugar que têm ao longo da sua trajetória marcado as histórias de vida dos/as trabalhadores/as do campo, tendo em vista que é preciso saber lidar muitas vezes com o medo, ir ou ficar? O medo de não dar certo, da violência dos jagunços e muitas vezes da polícia. Nesse sentido, faz necessário dizer que essa persistência demonstra que as famílias acampadas estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, reivindicar o direito à terra para sua reprodução material e social e por moradia.

Assim, a conquista da terra no sudeste do Pará tem sido um fator emblemático nessa região, uma vez que nas últimas décadas têm ocorrido no campo entre os trabalhadores/as e empresário nessa região, diversos conflitos agrários onde se observa que na maioria das vezes estes utilizam de artifícios violentos que em alguns casos foram verdadeiros massacres contra os trabalhadores/as, lideranças sindicais e mediadores como (advogados, freiras e padres) que têm desenvolvido um papel fundamental durante esse processo de luta na região.

Dentre os mediadores envolvidos nessa luta, não podemos esquecer-se da atuação da igreja católica, enquanto uma das instituições que desde o início da luta pela conquista da terra nessa região têm contribuído com os/as trabalhadores/as buscando sempre intermediar frente aos conflitos agrários nesta região, bem com apoiando a luta dos trabalhadores/as envolvido nesse processo da conquista da terra.

Ainda em se tratando dos agentes sociais ligados à Igreja Católica muitos deles/as chegaram a perder sua vida na luta juntamente com os trabalhadores/as, por defender essa causa, mas nem isso fez com que estes desistissem das suas ações, pelo contrário estes têm permanecido firme e fortes juntos com os trabalhadores/as e as demais entidades ligadas a essa luta na região. Assim mesmo existindo inúmeras ameaças no campo, estes têm demonstrado resistência e persistência diante dos desafios que envolvem a luta pela/na terra.

A região sudeste do Pará configura-se como um território em disputa, marcada por profundas transformações, econômicas, sociais, culturais e ambientais desde sua ocupação. Estes fatores de certa forma influenciaram no sentido de desarticular a luta dos trabalhadores/as sem a terra. Mas por outro lado, temos como sujeitos os agricultores/as que cotidianamente lutam por terra e por se manterem nessa terra tendo em vista a produção na agricultura familiar. Desse modo, ambos lutam para se manterem nesse espaço que para Molina (2004, p. 53) esse território caracteriza-se “como espaço político por excelência, campo de ação e de poder onde se realizam determinadas relações”.

Durante a permanência das famílias nas áreas acampadas, na maioria das vezes costumam se concentrarem numa única parte da área para realizar suas casas temporárias espaço onde as famílias vão permanecer enquanto fazem a regularização da terra a qual denominamos Acampamento, que é uma das estratégias que os/as trabalhadores/as construíram durante a conquista da terra.

Nessa prática do acampamento, as famílias geralmente realizam suas atividades coletivas sempre buscando contribuir uns com os outros. É muito comum essa prática entre os trabalhadores/as.

Falar do enfrentamento posto nessa luta na região sudeste do Pará não é fácil, primeiramente pelo índice alarmante de assassinatos de trabalhadores/as durante sua participação na luta pela conquista da terra. Segundo os relatórios da Comissão Pastoral da Terra apresentando um panorama dos assassinatos dos trabalhadores/as do campo nessa região durante o período 1985 – 2010 somam um total de 61 (sessenta e um) pessoas que morreram em virtude da sua participação na luta por terra na região. Portanto, a região sudeste do Pará se configura como uma das áreas de maior incidência de conflitos agrários entre trabalhadores/as e proprietários de terra.

1.2 O Processo de formação/consolidação do Acampamento Tibiriçá

O Acampamento Tibiriçá foi criado a partir da ocupação, por trabalhadores/as rurais, a uma área da fazenda do grupo Tibiriçá. Ele está localizado na estrada do Rio Preto a 17 km da sede do município de Marabá, reunindo aproximadamente 85 famílias de trabalhadores (as) rurais organizados através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Marabá vinculado a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAGRI) e apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Desde sua ocupação, no ano de 2003, os acampados/as vêm resistindo às pressões por parte do fazendeiro. Sendo que os/as agricultores/as foram expulsos da área por duas vezes, ainda assim, retomam a ocupação e permanecem no local. Decorrente dessa resistência, os/as trabalhadores/as aos poucos vêm conquistando a terra, tendo em vista que o acampamento encontrar-se em processo de regularização pelo Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA).

É importante enfatizar que as famílias que compõem o acampamento é um público bem diverso, com origens em diferentes regiões do Brasil. Assim, das 85 pessoas que responderam o questionário e moram na área, 37% são maranhenses, 26% do Estado do Pará, 15% do Piauí e apenas 12% do Tocantins e as demais famílias estão distribuídas nos Estados de Goiás, Bahia, Paraná e Ceará.

As famílias do acampamento, mesmo sem definição de desapropriação da terra e, portanto, sem acessar as políticas públicas, permanecem cada uma em seu lote de terra, demarcado pelos próprios trabalhadores/as, onde moram em casa de “pau a pique”¹. Durante esse tempo, os acampados/as vêm trabalhando na terra onde produzem as culturas anuais, como arroz, feijão, fava, milho, hortaliças, mandioca e criam pequenos animais.

¹ São casas feitas de barro, coberta com palha é uma técnica tradicional que os agricultores/as utilizar para construir casas provisórias principalmente em áreas de acampamentos.



Figura 2 – Mapa de localização dos lotes dos agricultores/as do Acampamento Tibiriçá localizado no Município de Marabá, Sudeste do Pará.

Fonte: Coordenação do acampamento

Ainda que o Acampamento Tibiriçá esteja localizado próximo da cidade de Marabá, as condições de infraestrutura e serviços públicos são ausentes, como tem sido recorrente nas demais áreas em situações de acampamentos existentes na região. Ressalta-se que a estrada de acesso e demais vicinais têm sido mantidas pelos/as acampados/as, bem como, estes utilizam o rio Itacaiúnas para deslocamento entre o acampamento e a cidade de Marabá.

Em relação aos espaços formativos existentes no acampamento, para além da vivência dos/as acampados em atividades coletivas (especialmente mutirões em atividades diversas), eles têm como espaço a antiga sede da fazenda, utilizada para realizar reuniões, encontros e demais mobilizações. Assim o local foi consolidado como um espaço coletivo que têm permitido ao longo desses anos aos/as trabalhadores/as se reunirem para discutir seus interesses, pautas de luta e encontros de formação.

Nessa prática do Acampamento Tibiriçá, as famílias têm ao longo desses anos demonstrado inúmeras resistências seja na forma de se manterem produzindo seja no que trata a conquista do lote, pois querendo ou não o longo período na condição de acampado interfere diretamente nessa permanência uma vez que as famílias são em partes impedidas de realizar o processo produtivo.

Assim sendo, encarar esse contexto de espera da sonhada terra para muitos agricultores/as não é uma tarefa fácil principalmente pelos desafios já apresentados e até mesmo em virtude da demora do processo de regularização das áreas acampadas, um exemplo disso trazemos um trecho da narrativa de dona Maria Antônia acampada que disse “as

famílias estão na área aproximadamente a treze anos e durante esse processo pela conquista da terra a gente vêm resistindo os diferentes desafios que estão posto nessa luta.”

Dona Antônia uma das acampadas que têm enfrentado essa demora da regulação da área a qual enfrenta esse desafio desde o início da ocupação da terra menciona o tempo que as famílias já estão acampadas, ela enfatiza que durante esse período foi necessário ser persistente, uma vez que se viu obrigada a vencer o medo para enfrentar os desafios para conquistar a posse da terra.

No entanto as famílias que se encontram acampadas no Acampamento Tibiriçá ao longo desse período têm buscado superar os diferentes desafios que estão presentes durante todo esse tempo que cada família tem permanecido na área. Um dos principais desafios apontados pelos acampados/as, além dos já mencionados trata-se às pressões sofridas pelos trabalhadores/as por parte do fazendeiro uma vez que sempre buscou ou por meios de ameaças intimidar os/as acampados/as. Às vezes quando essas ameaças são frequentes os/as acampados/as precisam deixar a área ocupada enquanto minimiza o clima de tensão. Dona Francisca outra acampada no Tibiriçá e uma das protagonistas da luta pela terra na região sudeste do Pará lembrar como se deu o processo da luta para conquistar a terra.

Pois é quando nós viemos pra cá que entramos pela primeira vez, o primeiro despejo, que nós teve foi esse. Que aconteceu no dia 22 de fevereiro de 2003, nós entrou para cá pra esse acampamento aí nós entramos na fazenda, nessa entrada pra fazenda teve um despejo. Aí nós fomos lá pra FATA passamos em média seis meses lá, aí voltamos pra dentro de novo, aí viemos para a sede da fazenda, aí passamos um bocado de dia lá na sede, aí houve outro despejo, mas voltamos de novo, que quando os carros chegaram para fazer o nosso despejo, aí nós já tinha saído, nós já tinha arrumado um caminhão, aí certo que nós passamos mais de ano lá na FATA e passamos um mês e dezenove dias lá no INCRA debaixo da lona preta. Aí viemos para a FATA e da FATA nós tornou entra de novo na área e estamos até hoje. (Entrevista cedida por Francisca da Silva Ferreira, em 08/06/ 2014).

Mas, diante desse processo da conquista da terra temos visto que a luta que vêm sendo desenvolvido pelos/pelas trabalhadores/as na região sudeste do Pará, tem sido mantido pelos trabalhadores/as e demais entidades ligada a este processo nesta região. Assim sendo, um exemplo disso, tem sido o grande número de assentamentos criados na região a partir da luta coletiva dos trabalhadores/as, ou ainda áreas que se encontram ocupadas que precisa ser regularizadas. Isso demonstra que os trabalhadores/as estão determinados a mudarem os rumos de suas vidas, na tentativa da conquista da terra, mas também construir um território camponês.

É importante ressaltar que o Acampamento Tibiriçá é resultado da luta dos trabalhadores/as organizados a partir da luta do movimento sindical que é vinculado a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Pará – FETAGRI tem atuando sempre na perspectiva de defender os direitos dos trabalhadores/as na luta pela/na terra, e por melhores condições de vida no campo.

Diante desse processo da luta pela terra, mesmo existindo inúmeros desafios os trabalhadores/as não se intimidaram. Pelo contrário, têm demonstrado diariamente sua luta, resistência, persistência e coragem diante dos desafios que identificam nesse processo que envolve a conquista da terra no sudeste do Pará.

Acampar é uma antiga forma de luta camponesa que, associada á ocupação, manifesta tanto resistência quanto persistência (FERNANDES, 2012). Dessa forma, essa prática de acampamento aglutinando homens, mulheres e crianças nas ocupações de terra nessa região, foi eleita como uma das principais estratégias que as famílias têm realizado até os dias atuais na luta pela conquista da terra nesta região. Sendo assim, as ações dos trabalhadores/as nessa luta têm permitido com que muitas famílias ao longo desse processo não só realizasse o sonho de possuir a terra, mas construir um espaço que permita uma relação afetiva e simbólica com o lugar onde vive.

É importante ressaltar que durante os treze anos acampados no Tibiriçá, as famílias que participaram dessa luta lembram como foi à vivência cotidiana dos trabalhadores/as na área acampada, e como estes fizeram para superar as dificuldades enfrentadas no período da ocupação.

Durante a ocupação da fazenda, nós passamos por muitos desafios nessa luta para conseguir a terra. Lembro até hoje das dificuldades que passamos no início, mais com o passa dos anos foi melhorando, pois veio a cesta básica e mais o que a gente produzia dava pra gente ir levando a vida. Só sei que dos treze anos que estamos na área, passamos sete anos juntos todo mundo no mesmo lugar e só depois que houve o sorteio dos lotes, a partir disso ficou melhor, pois cada um ficou no seu lote e começou a realiza suas atividades. (Entrevista cedida por Francisca da Silva Ferreira, em 08/06/ 2014).

Dona Francisca acampada no Tibiriça menciona as dificuldades que passaram durante o início da luta que tiveram na área acampada, mas ela ressalta que com o passar do tempo isso foi se modificando uma vez que as famílias começaram receber as cestas e o pouco que já vinha produzindo na área juntamente com os outros acampados/as dava para garantia a subsistência da sua família.

O acampamento Tibiriça diferente de outras ocupações existentes na região sudeste do Pará como podemos ver na fala de dona Francisca, as famílias permaneceram juntos na área

acampada por sete anos e posteriormente a isso todos os/as acampados/as após um sorteio foram destinados para seus provavelmente lotes.

Para tanto os/as trabalhadores/as na história da luta pela terra atuam como protagonistas, tendo em vista que estes ficam anos e anos sob a lona preta, passando por diversas situações que vão desde ameaças quanto às próprias questões voltadas em torno da regularização da terra que na maioria das vezes ainda é tardia e só acontece por meio de muita pressão por parte da categoria interessada.

Sobre isso (MICHELOTTI et.al. 2007. p.02) fala que “os trabalhadores sem-terra conquistaram a maior parte do que hoje são assentamentos onde vivem por meio da luta, obrigando o governo a fazer a regularização fundiária posterior”.

Sabemos que as famílias durante esse processo lidam cotidianamente com situações inusitadas, que geralmente na maioria das vezes muitas dessas famílias acabam desistindo da luta pela conquista da terra, haja vista que essas dificuldades e um dos fatores que chega a desmotivar muitos trabalhadores/as.

Mas, encontramos famílias determinadas e que buscam construir um projeto de vida no campo, que mesmo havendo estes desafios, estão dispostos a enfrentar a luta para conseguir a terra e trabalhar na tentativa de garantir melhores condições de vida no campo. Diante disso, vimos que a procura de uma terra, aparece como possibilidade de sobrevivência da família, mas também como um espaço de referência que venha proporcionar aos/as trabalhadores/as significado das interpretações que eles/elas construíram e reelaboram sobre a luta.

Hoje estou aqui no meu sonho, no meu pedacinho de terra ainda não está concretizado mais pela fé a gente sabe e tem a certeza que é nosso, estamos aqui na luta, a gente sofreu muito no início e todos sabem que entrar no movimento de terra não é fácil, é uma guerra e uma luta, mas é na luta que a gente consegue as coisa nada vem de graça, tudo tem que ter uma luta, tem que ter uma peleja e uma permanência. Se não tiver, e a gente não permanecer não consegue. (Entrevista cedida por M^a Antônia Sousa Silva Boge, em 04/05/2015).

Vimos que em virtude da luta é a persistência das famílias acampadas durante esse processo da conquista da terra têm feito com que a área encontra-se em processo de regularização pelo INCRA. Sendo assim, após muitas negociações seja com o proprietário da terra quanto com INCRA e o movimento sindical, as famílias têm obtido retorno das negociações realizadas. Desse modo, com a desapropriação da área recentemente o INCRA já realizou as primeiras vistorias no lote das famílias acampadas na área.

Diante da conquista da terra, as famílias têm demonstrado satisfeitas principalmente pelo esforço que tiveram e por superar os diversos desafios enfrentados cotidianamente nessa luta, que vai desde a migração para região e suas motivações, sua chegada à região, as dificuldades enfrentadas em adaptar-se ao novo local e os próprios desafios encontrados na luta bem como a violência, as ocupações das terras é as diferentes estratégias de sobrevivência e resistência para se manter na terra.

Durante a vivência das famílias acampadas, muitas das práticas realizadas no período do acampamento ainda permanecem *vivas* como os laços de reciprocidades existentes entre os/as trabalhadores/as. Dentre elas podemos citar as formas organizativas no acampamento é importante destacar a prática de mutirões uma vez que os/as trabalhadores/as se reúnem e cada dia trabalham em um lote. Isso acontece no roçado, na capina e na colheita. Também são realizados mutirões para cobertura de casa, limpeza das estradas vicinais, atividades na escola e do espaço coletivo do acampamento (sede).

Vimos que as ocupações ainda continuam sendo a principal forma de acesso dos/das trabalhadores/as à terra, uma vez que é por meio desse processo, que muitas famílias hoje realizaram o sonho de conquistar a terra própria. Assim, ao mesmo tempo em que as ocupações possibilitam aos/as trabalhadores/as a posse, por outro lado temos muito que nos preocupar no sentido de que esse processo pela conquista do território na região tem gerado muitos conflitos e violência no campo.

É importante destacar que tudo isso ocorreu em razão das disputas por terras entre trabalhadores/as e os fazendeiros que na época chegavam de outras regiões do país e disputavam pela apropriação das mesmas áreas de terras, durante o período considerado como terras devolutas, terras tituladas e as ocupações de imóveis titulados disputada com os trabalhadores/as, tanto no período da luta posseira, como atualmente. Os conflitos e as violências, aqui mencionados, foram resultados dessas disputas da luta pela terra na região.

Nessa prática que envolve as disputas pela apropriação das terras na região, os fazendeiros em suas ações contra os/as trabalhadores/as quase sempre recorreram à violência física para intimidar os/as trabalhadores/as, uma das formas encontradas para que estes não venham ocupar suas propriedades.

Portanto, essa prática que permeia a luta pela terra na região sudeste do Pará envolve diferentes grupos sociais, sendo assim desde o início da formação do campesinato nessa região que o Estado do Pará (região sudeste) aparece como uma das áreas de maior incidência de conflitos entre trabalhadores/as e proprietários de terra. Assim sendo, a partir da década de

1970 quando essa luta se intensifica nessa região, o sudeste paraense é fortemente marcado pelos inúmeros conflitos e violências no campo.

Portanto nessa disputa por território, observa-se que há um ciclo entre a ocupação e expulsão uma vez que o processo de territorialização, ao mesmo tempo se configura por uma (des) territorialização, onde um determinado grupo tende a se posicionar sobre o outro. Certamente a permanência de um, significa a expulsão do outro, seja para os agricultores/as, seja para os fazendeiros e vice-versa.

Ao longo da história do campesinato as mulheres têm assumido um papel fundamental haja vista que elas também são uma das protagonistas da luta pela terra nessa região. Diante disso, procuramos entender dentre outros elementos, a dinâmica estabelecida na organização e sua participação nas atividades produtivas, suas dificuldades e os reflexos dessa participação na vida de cada uma delas.

No entanto, estudar a participação das mulheres nesse espaço agrário surge da necessidade de dar visibilidade a essa luta que vêm sendo desenvolvida cotidianamente pelos diferentes sujeitos no campo. Nesse sentido as pesquisas sobre gênero vêm se estabelecendo como um campo de estudo que têm permitido compreender, não só as questões ligadas à participação das mulheres na luta, mas também como elas têm se reinventado para superar os desafios postos durante a conquista da terra.

Nesse fazer da luta na região sudeste do Pará temos presenciado cotidianamente o enfrentamento dos trabalhadores/as na luta pela conquista da terra, sempre organizando suas ações e reivindicando-a pelos seus direitos. No entanto, conforme (SCHWADE, 2002.77) ingressar na luta pela terra, reivindicando-a enquanto direito, implica uma reformulação na visão de mundo dos camponeses, bem como no estabelecimento de novas relações em seu cotidiano.

Assim sendo, os espaços conquistados ao longo desse processo pelos/as trabalhadores/as a partir da sua participação na luta têm proporcionado à reconstrução de um espaço social, bem como das relações que perpassam o cotidiano, a partir das experiências que cada uma traz da sua trajetória de vida e dos referenciais coletivos que foram construídos reelaborados a partir da luta pela/na terra.

No entanto, vimos que os aprendizados coletivos da luta pela terra têm contribuído significativamente no que se refere à reconstrução dos papéis de gênero, entre homens e mulheres, uma vez que estes participam conjuntamente de um processo que trouxe mudanças significativas em diferentes campos como sociais, econômicas, políticas e culturais, isso reflete na recriação de um novo campo - a terra conquistada. Desse modo, mesmo as mulheres

participando efetivamente da luta, temos visto que as mulheres ainda continuam sendo excluída das instâncias decisórias, principalmente em espaços vistos como masculinos. Um exemplo disso, se refere na própria história do campesinato na região sudeste do Pará que geralmente as histórias das mulheres na luta pela/na terra pouco se tem registrado sobre a sua participação no processo da produção e da organização dos acampamentos na região.

Desse modo, vimos que o acampamento caracteriza-se como um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva onde os trabalhadores/as demonstram sua intencionalidade sempre buscando uma melhor distribuição e aproveitamento no que se refere ao uso da terra, bem como para garantir a produção e por moradia.

CAPÍTULO 2

TRABALHO, GÊNERO E PRÁTICAS PRODUTIVAS NO ACAMPAMENTO TIBIRIÇÁ

Neste segundo capítulo buscaremos construir uma leitura acerca das práticas produtivas e as relações de trabalho e gênero que vêm sendo realizadas pelos/as trabalhadores/as acampados/as, identificando as principais culturas cultivadas nos lotes das famílias, o destino da produção e os desafios que as famílias têm enfrentado/superado para produzir-se na terra.

Além disso, procurou-se buscar saber como tem sido a participação das mulheres nos processos que envolvem tais práticas no Acampamento. Assim, este capítulo têm como finalidade analisar os dados coletados e tabulados a partir de um questionário dirigido e aplicado a 85 famílias acampadas. Desse modo, os dados resultantes desta pesquisa nos permitiram dados fundamentais sobre o contexto geral do trabalho e da produção no acampamento, inclusive da participação das mulheres nos processos produtivos. Diante do levantamento dos dados, optamos por fazer um recorte sobre as questões relacionadas a gênero uma vez que é a discussão da qual trata este trabalho.

2.1 - Leitura das Práticas Produtivas realizadas no Acampamento Tibiriçá

No decorrer da pesquisa a construção dos dados possibilitou levantar informações das práticas produtivas que vêm sendo desenvolvidas pelos/as agricultores/as do Acampamento Tibiriçá, mas também buscamos conhecer que destino as famílias têm dado a sua produção.

Como referimos anteriormente este estudo consistiu na aplicação de um questionário de pesquisa a 85 (oitenta e cinco) famílias que se encontram acampadas, sendo que participaram da pesquisa 60 mulheres e apenas 25 homens. É importante enfatizar que durante a pesquisa privilegiamos a participação das mulheres para dar visibilidade a sua participação na luta pela terra na região, inclusive o papel que elas têm desempenhado nos processos produtivos.

Partindo do estabelecimento familiar, vimos que as famílias têm produzido uma diversidade de produtos da agricultura familiar para garantir seu sustento. Ao garantir o alimento para seu próprio consumo, os/as agricultores/as dispõem o excedente da sua produção para a venda, por alguns fatores: um, para contribuir com a renda da família visando

a compra de produtos que não dispõem no lote; outro, por não possuir uma estrutura de armazenamento capaz de conservar seus produtos.

Para a comercialização dos produtos alguns dos/as agricultores/as vendem seus produtos em três tipos de mercados consumidores: feiras da cidade, feira do agricultor, atravessadores e para a Cooperativa.

Dentre as alternativas de comercialização, vêm a parceria com a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará - FECAT² que têm possibilitado aos/as agricultores/as apoio para continuarem produzindo, incentivando os/as acampados/as a ampliar suas atividades produtivas cultivando uma fruticultura diversificada. A FECAT hoje é a principal responsável pela parte da comercialização da produção de frutíferas dos/as trabalhadores/as do acampamento, no caso específico do acampamento têm atuado na compra de frutas, produção, conservação e comercialização de polpas. É importante ressaltar que a FECAT não atua na compra direta da produção. Ela é responsável pela comercialização.

Outra possibilidade de comercialização é a feira da agricultura familiar de Marabá, uma feira específica para os agricultores, uma experiência vinculada ao STTR – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá ligado a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares do estado do Para- Regional Sudeste, mas muito dos/as agricultores/as ainda não têm conhecimento da feira ou não procuraram saber as formas de se associar ao grupo.

A feira foi criada no ano de 2006, motivada a partir das entidades parceiras com o sindicato ao constatar as condições e desafios de comercialização da produção agrícola das famílias, sejam elas acampadas ou assentadas do município de Marabá.

Os principais desafios se referem principalmente às estradas intrafegáveis e falta de transporte para escoar sua produção, isso faz com que os agricultores/as venda sua produção para os atravessadores. Desse modo, considerado como atravessadores aquelas pessoas que geralmente compram a produção dos trabalhadores/as pelo um preço inferior e revendem esses produtos nas feiras, outro fator é não ser este agente produtor dos gêneros comercializados na feira, produzindo uma cadeia de relações agricultor produtor, comprador atravessador e consumidor comerciante.

Nesse aspecto produtivo, os dados coletados permitiram analisar os aspectos socioeconômicos dos/as agricultores/as do Acampamento, sobretudo demonstrando os

² FECAT - Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará que tem atuado em sete municípios da região sendo estes; Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Ipixuna, Parauapebas, Eldorado principalmente na compra da produção frutíferas dos agricultores/as na região.

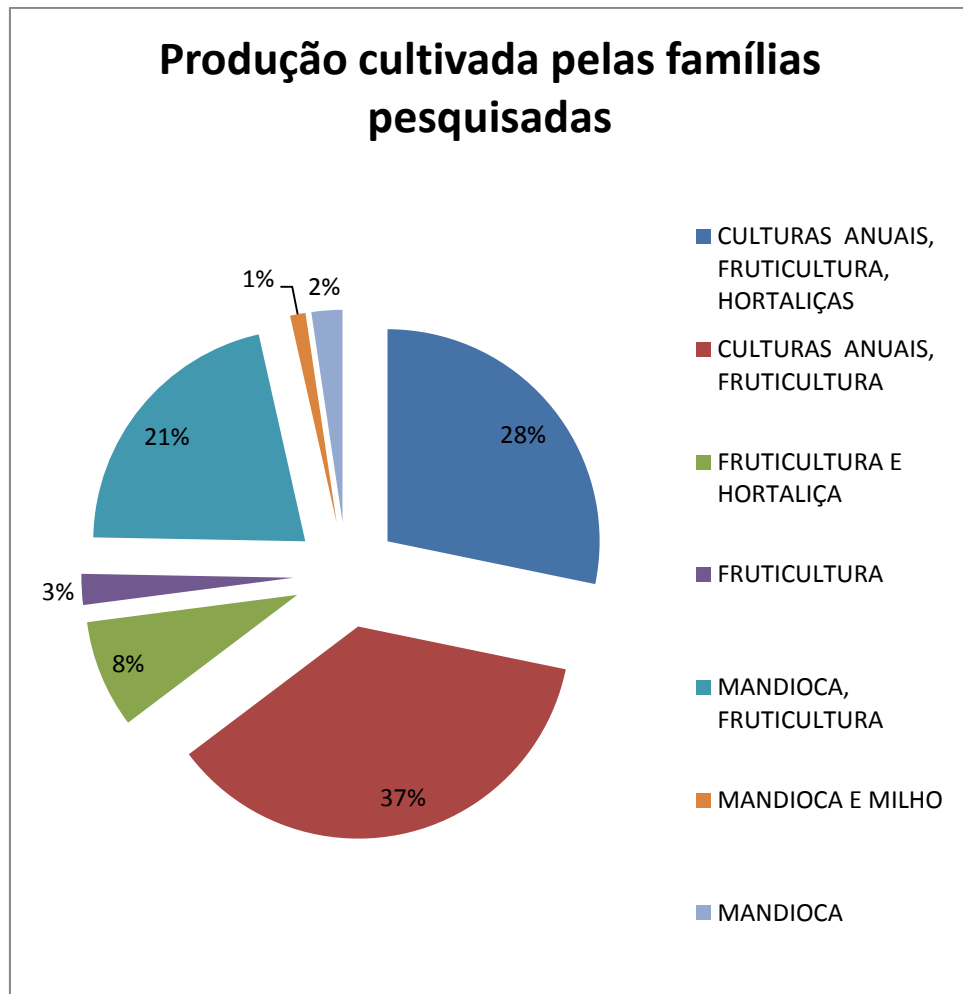
principais tipos de produtos produzidos e vendidos pelos agricultores/as. Estes produtos que os agricultores/as vendem entre outros aspectos evidenciam um benefício social e econômico para três categorias sociais: a população consumidora da cidade, a população produtora do campo e os atravessadores. Os primeiros por se tratar de produtos sem agrotóxico e o segundo pelo fator dos agricultores através da sua produção obterem uma renda a partir da venda de seus produtos assim como os próprios atravessadores e vice versa.

Percebe-se que a diversidade de produtos comercializados pelos agricultores/as é bastante elevada, sendo esta uma característica da produção da agricultura familiar. Os principais produtos comercializados são: frutas, verduras em geral (alface, couve, rúcula, jambu, cheiro verde, maxixe, quiabo, jiló etc.) grãos, azeite do babaçu, farinha de mandioca e aves.

Em termos de produção desenvolvida pelas famílias acampadas, observamos que elas têm cultivado uma produção diversificada o que pode ser parcialmente explicado enquanto uma estratégia de conquista da terra ou ainda pelo incentivo da própria atuação da cooperativa no acampamento, além disso, o fato de ser uma área próxima á cidade de Marabá, possibilita aos/as agricultores/as maiores chances de ter acesso ao mercado consumidor dos seus produtos.

No sistema de cultivo, os principais produtos que as famílias têm produzido no lote é o arroz, feijão, milho e mandioca/macaxeira ambas para a fabricação de farinha e outros derivados. Ainda as famílias durante sua permanência no lote têm investido no cultivo de perenes e semi - perenes que é realizado, com destaque para a produção de frutíferas como é o caso do açaí, cupuaçu, maracujá, acerola e outras frutas em geral. Assim, o gráfico abaixo mostra as principais plantações que vêm sendo cultivadas pelas famílias acampadas.

Gráfico - 2



O gráfico acima demonstra os principais tipos de plantio que as famílias acampadas vêm cultivando cotidianamente no lote, assim sendo identificamos que as culturas anuais continuam sendo uma das principais atividades realizada pelos trabalhadores/as e em segundo lugar vêm o cultivo de hortaliças que muitas famílias têm investido nessa produção, uma vez que segundo dona Luariza Matias diz que “além de ser vendável não dá tanto trabalho”. De certo além do elemento evidenciado pela a agricultora, a proximidade da cidade também vêm a contribuir para o cultivo de tal atividade.

Outra atividade que está presente na vida dos agricultores/as está relacionada com o sistema extrativista vegetal, principalmente nos lotes com maior área de mata. O destaque para essa atividade é a produção de derivados do babaçu, a coleta da castanha-do-pará, açaí, cupuaçu e bacaba, dentre outras.

Já no que se refere ao sistema de criação é composto de pequenos e médios animais (peixe, aves, suínos, caprinos, ovinos), destinados primordialmente para o consumo familiar e

também para a venda. Já o de grande porte foi identificado a criação de bovinos, principalmente o gado de leite, mas em pequena escala apenas para o consumo familiar.

Em se tratando das práticas desenvolvidas pelos agricultores/as no lote, continuam sendo realizadas de forma tradicional. Assim sendo, as principais formas de manejo desenvolvidas pelas famílias no lote são: roçar, derrubar, queimar, encoivarar, capinar, plantar e colher.

No desenvolvimento das atividades produtivas no lote, percebemos que as famílias têm construído como um espaço coletivo (no âmbito familiar), uma vez que estas consideram importante a participação de todos seus membros, mas é importante ressaltar que não se dá no mesmo grau de controle e nível para todos eles. Assim, tudo que é realizado no lote tem sido de forma coletiva, exceto uma família acampada cujas atividades produtivas são organizadas individualmente pelo homem.

A partir dos dados levantados, percebe – se que nas atividades realizadas no lote há uma grande participação das mulheres, haja vista que além das atividades domésticas, ainda realizam as atividades da agricultura familiar. Deste modo, as mulheres “não abandonando as atividades domésticas, mas acrescentando mais trabalho para produzir e comercializar alguns dos produtos agrícolas” (NEVES, 2013. p.20).

Nesse sentido Pacheco (1997, p.67), aponta que:

No plano do discurso, as mulheres são entendidas como as responsáveis e executoras exclusivas do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças (...), mas na prática, são as responsáveis pelas atividades ligadas a horta, pomar, pequenos animais e beneficiamento de produtos. Além disso, participam, em condições de igualdade com os homens, das atividades de roça e ainda realizam algumas atividades de pecuária, quando as há. O homem, por sua vez, é entendido como o responsável pela atividade produtiva “em si”, mas na prática, cuida diretamente apenas da roça e do gado.

Os elementos aqui analisados pela autora sobre o trabalho feminino apresentam como têm sido essa divisão do trabalho das mulheres no campo da produção agrícola, bem como as relações existentes entre o trabalho produtivo e reprodutivo no interior da família e sua produção. Além disso, nos mostra como têm sido essa sobrecarga do trabalho das mulheres, seja no âmbito doméstico ou da agricultura.

Ainda, considerando a participação das mulheres no trabalho, quando nos referimos se era difícil para elas conciliarem as atividades da roça com as tarefas domésticas, nos deparamos com algumas situações: algumas falam que sim outras diziam que não, atribuindo assim vários fatores. Assim, ao justificar seu trabalho como agricultoras ressaltam a vantagem de poder conciliar tal trabalho com as atribuições domésticas.

Vejamos:

NOME	SITUAÇÃO (S)	SITUAÇÃO (N)
Euclides Bandeira Rocha	Sim, pois o serviço da roça é mais cansativo.	-
Francidalva S. Silva	-	Não, divido o tempo para realizar cada uma delas.
Ana Luiza C. Mendes	Sim, devido a dupla jornada de trabalho.	-
M ^a de Fátima C. Rodrigues		Não, já acostumei, pois lido com esse serviço diariamente.
Josefa Nascimento Serra	Sim, pois é um serviço pesado e já se sente cansada.	-
M ^a de Jesus Silva		Não, realizo um em cada período.
M ^a Silvia Lacerda Barros		Não, concilio o tempo para realizar cada tarefa.

A tabela acima demonstra algumas atribuições em comum que as mulheres têm vivenciado durante o fazer para conciliar suas atividades produtivas (na roça) com as atividades domésticas (e ainda neste espaço desenvolvem atividades produtivas, como criação de pequenos animais, hortas, etc.) mesmo apresentando uma dupla jornada de trabalho as mulheres têm exercido um papel fundamental nos processos produtivos.

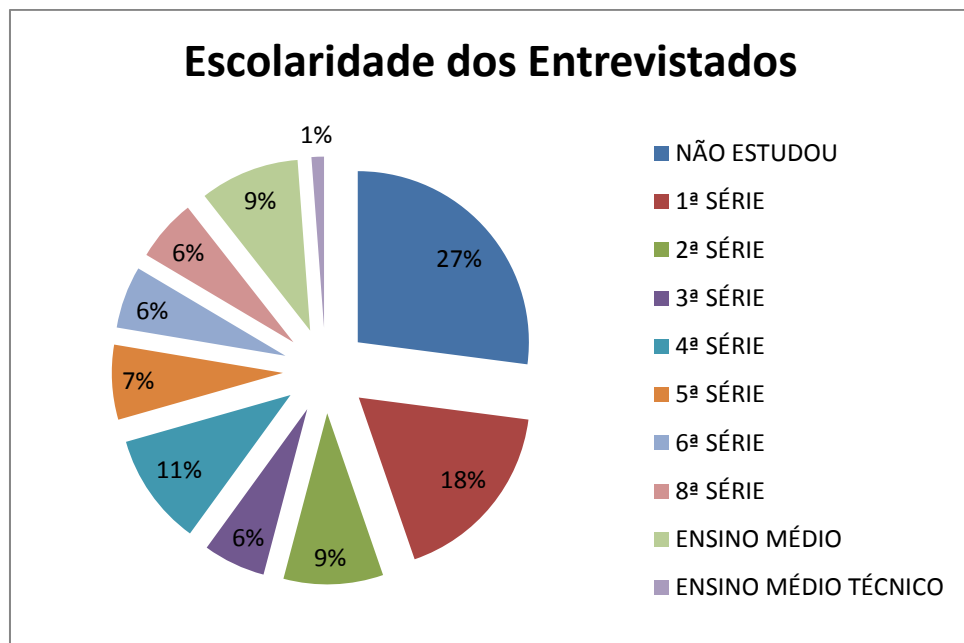
O reconhecimento do papel produtivo das mulheres pela participação no trabalho familiar, resultado de lutas sociais de movimentos que articulam interesses específicos aos trabalhadores rurais, tem, contudo, demonstrado diferenças entre as mulheres desse segmento de trabalhadores e dos demais (NEVES, 2013. p.21).

Nesse sentido, as mulheres cotidianamente têm colocado em prática um fazer que quase sempre foram atribuído a uma tarefa masculina (roça), possivelmente conhecimentos que foram adquiridos com seus pais ao longo de sua vida do saber e da prática vinculada à agricultura, prática essa que aos poucos vêm se reafirmando uma vez que a participação das mulheres além da conquista de espaços têm contribuído para garantia de renda e na reprodução da vida.

Pode-se considerar que o ensino-aprendizagem de técnicas agrícolas do pai para as filhas constituiu uma forma de transmitir, se não um patrimônio material, pelo menos um patrimônio de conhecimentos que pode servir na vida. Este aprendizado foi útil para algumas entrevistadas, na ausência de um nível de escolaridade que pudesse lhes ajudar a pretender um emprego na cidade. (SARTRE et.al, 2013 p.118)

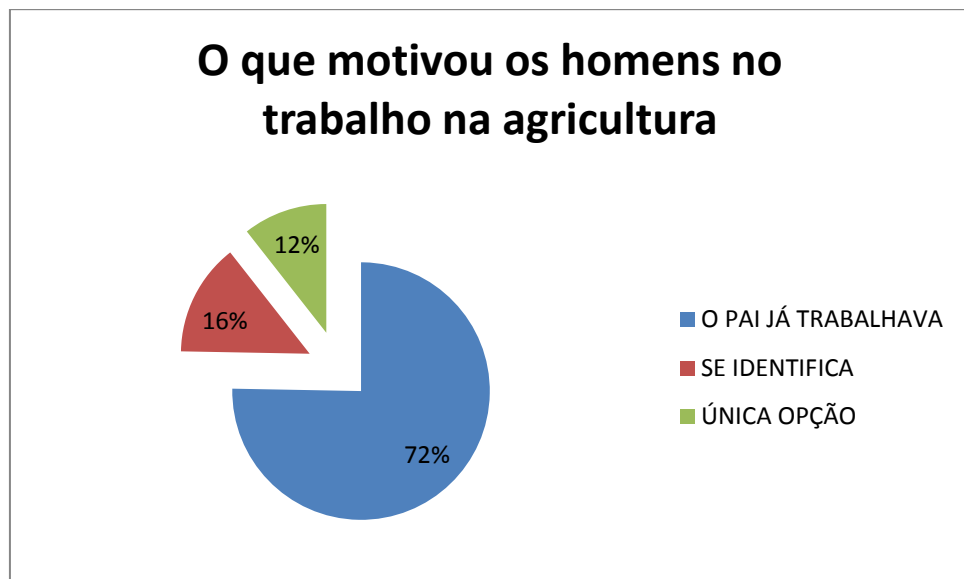
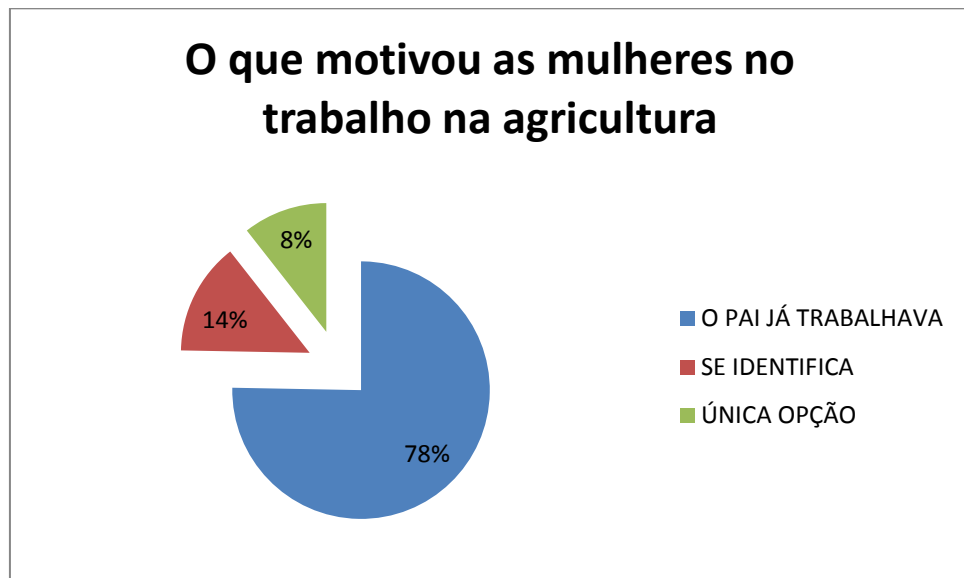
Nesse aspecto da reprodução social na lida com a terra, as mulheres pesquisadas mencionam os elementos que lhe motivaram a permanecer com o trabalho na terra. Segundo as mulheres consideram que essa prática já vinha de família, uma vez que acompanhava seus pais nas atividades da agricultura familiar desde cedo, ou mesmo por não possuir nível de escolaridade que viesse conquistar uma formação que lhe possibilitasse valorização profissional ou salarial. Como nos mostra o gráfico abaixo:

Gráfico - 3



Os dados revelam o que levaram as mulheres seguir o trabalho na agricultura, não significa simplesmente uma opção de escolha, mas sim algumas circunstâncias (condições de existência) que estas perpassam ao longo da vida. Assim sendo, das 85 (oitenta e cinco) pessoas pesquisadas, sendo 60 mulheres e 25 homens, o gráfico categorizado por gênero mostra que o trabalho já realizado com o pai assim como o nível de escolarização foram fatores decisivos e contribuíram para que as mulheres continuassem a seguir as práticas da agricultura familiar, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico - 4



Tendo como referência os gráficos o trabalho com o pai, seja para os homens como para as mulheres, é algo que expressa maior relevância, o que vêm reforçar a transmissão de práticas e saberes entre gerações. Assim, é possível perceber que as famílias camponesas, a partir da posse da terra, procuram se articular e recriar relações que favoreçam manter, recompor e até mesmo transmitir de geração para geração o acúmulo das experiências do trabalho no campo, visando sua sobrevivência material e cultural. Nesse jeito de saber-fazer, as famílias consideram importante ensinar os saberes e as práticas da agricultura aos filhos.

Neste aspecto, vimos que os principais saberes que estes têm colocado em prática durante a realização de suas atividades relacionam-se às fases da lua e os santos. Assim, dona Maria das Graças ressalta “que esses saberes e crenças têm sido uma das práticas que vêm sendo repassada de geração em geração, e que sua família particularmente considera apenas a fase da lua para realizar as plantações”. Diante dos saberes, as famílias consideram essas práticas relevantes, pois sabem da importância dos conhecimentos que foram construídos ao longo de suas trajetórias de vida.

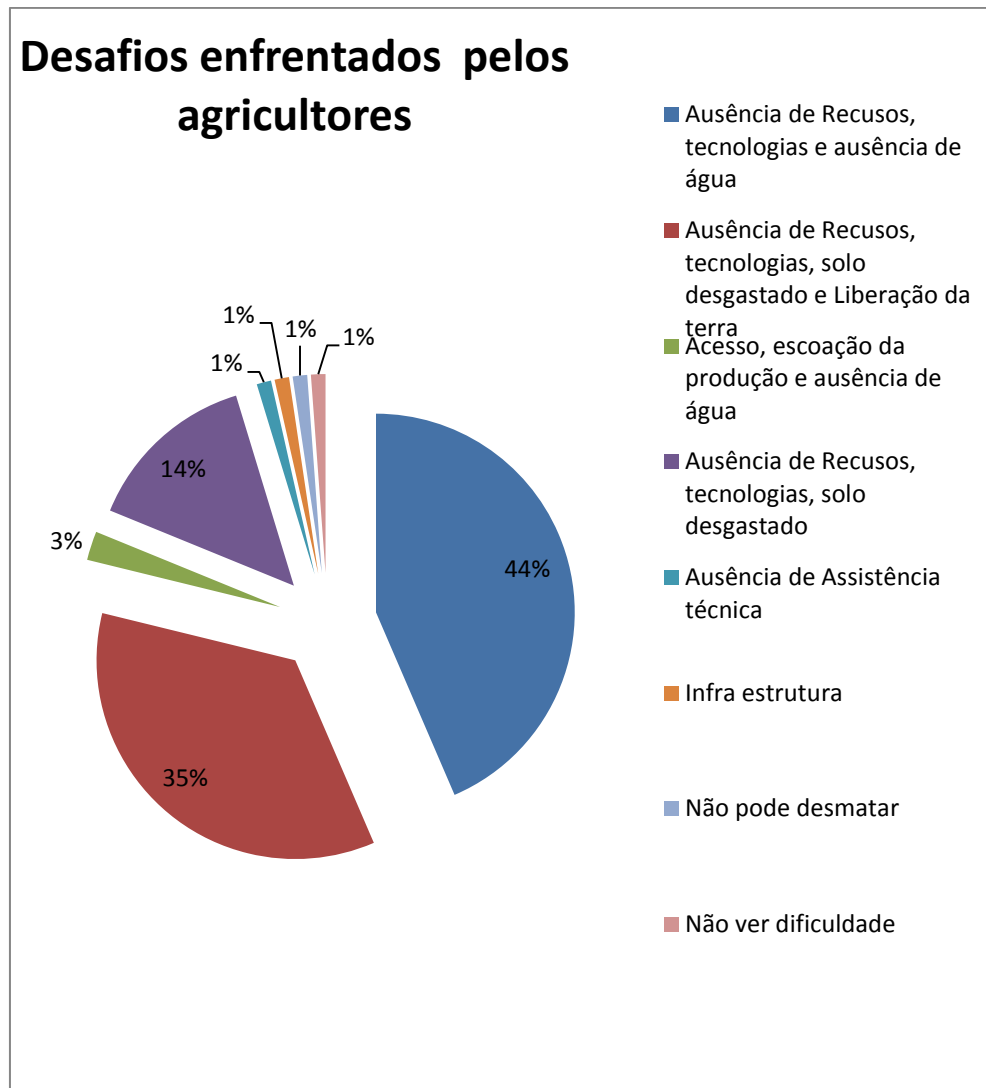
Ainda sobre isso, das 85 (oitenta e cinco) pessoas que responderam o questionário da pesquisa, apenas duas delas não levam em consideração esses saberes, alegando que não acreditam nessas crenças. Por outro lado, aquelas que acreditam atribuem uma relevância dos saberes e das crenças tendo em vista que falam das experiências realizadas no lote da família a partir dos fenômenos aos quais acreditam, sejam fases da lua ou santos.

Desde criança que escutava meu pai dizer sobre essas experiências vividas na sua lida contínua nas atividades produtivas, lembro ainda, que ele falava desses saberes e crenças para poder organizar o calendário agrícola para realizar as atividades no lote da família. Dessas experiências ele utilizava as fases da lua, santos, procurava fazer previsões pra saber quais os meses mais chuvosos pra poder fazer os plantios, e até hoje acreditamos e utilizamos esses saberes. (Dados fornecido por Lorena Dias Carvalho, 02/11/14).

Em relação essas práticas, seu José Dias Teixeira, outro acampado no Tibiriçá, fala que costuma realizar o plantio do feijão de corda durante a fase da lua crescente que segundo ele é a melhor época para se realizar a cultivo. Desse modo, observamos que esses saberes têm sido uma das referências para que sua família realize cotidianamente suas atividades no lote.

Embora as famílias trabalhem cotidianamente no lote, o que têm observado a partir deste trabalho de pesquisa é que elas enfrentam inúmeros desafios para produzir na terra, uma vez que estas não dispõem de nenhum recurso financeiro que facilite as atividades realizadas diariamente no lote.

Gráfico - 5



Os dados aqui mencionados evidenciam os principais entraves identificados pelas famílias do Acampamento e as urgências que marcam a produção cotidiana e seus meios de vida. Destacam-se aqueles fatores como a falta de recursos, liberação da terra, água e o solo desgastado. Além disso, a falta de infraestrutura no campo que têm sido outro fator emblemático que as famílias lidam diariamente no meio rural.

O desafio torna-se maior para aquelas famílias que ficaram em área que têm maior predominância área de pastagem, uma vez que as/os agricultoras/os para produzir na terra minimamente precisam de recursos para poder mecanizar a terra e assim poderem trabalhar.

2.2 - Relações de Trabalho: Aspectos Sobre a Divisão Sexual do Trabalho

Além disso, os dados resultantes da realização do questionário com as famílias do Acampamento forneceram informações acerca da divisão sexual do trabalho. Falar da divisão sexual do trabalho é, sobretudo, pensar nesse conjunto de relações que envolvem questões ligadas a constatações de desigualdades atribuídas entre homens e mulheres.

Nesse contexto, vimos que no acampamento pesquisado das 85 (oitenta e cinco) famílias que vivem no lote, 95% declaram que a decisão sobre a divisão do trabalho é realizada pelo chefe da família. Sendo Assim, envolve elementos “naturalizados” da divisão sexual do trabalho no campo, onde geralmente as tarefas femininas são aquelas consideradas mais leves por seus companheiros como: encoivarar, capinar e colher, incluindo os trabalhos domésticos. Já em se tratando do trabalho masculino as atividades destinadas são aquelas que exigem maior força física como: roçar, derrubar, queimar e plantar, geralmente atividades realizadas pelos homens.

Assim, a “divisão sexual do trabalho é encoberta pela naturalização das desigualdades nas relações familiares” (AVILA, 2004, p.7), e que envolve a dicotomia produção/reprodução da vida e aos significados do trabalho e seu valor.

Contudo, no acampamento mesmo havendo essa divisão sexual do trabalho, encontramos mulheres que vem desenvolvendo diversas atividades no lote da família, inclusive as tarefas tidas como trabalho de exclusividade do gênero masculino. Isso têm sido uma realidade que está presente nas histórias de vida das mulheres que durante esse processo da luta pela terra têm vivenciado inúmeras experiências no campo do trabalho.

De acordo com Antunes (1999, p. 106), nas suas análises sobre a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, “o trabalho das mulheres é muito frequentemente restrito às áreas mais rotinizadas, onde é maior a necessidade de trabalho intensivo”. Se, por um lado, há uma expansão significativa do trabalho feminino, por outro lado, ainda é persistente a situação de ser destinado às mulheres o trabalho mais precarizado e ou desvalorizado socialmente.

No Acampamento Tibiriçá, ainda se tratando da divisão sexual do trabalho, vimos que todos os membros da família participam destas atividades realizadas no lote, homens, mulheres e os filhos têm assumido um papel fundamental nos processos produtivos. É importante ressaltar que as famílias têm se preocupado em transmitir (ensinar) os conhecimentos da agricultura às novas gerações. “Meus filhos sabem fazer de tudo. Eles estudam, têm deles formado, mas eles sabem trabalhar o serviço da cultura familiar. Eles sabem.” (M^a Dagmar de Sousa Ferreira, em 30/12/ 2013).

No contexto da luta pela terra na região, as mulheres têm desempenhado uma polivalência de atividades e ou duplas jornadas de trabalho, ainda que não se enquadre nas relações de trabalho assalariado, como as condições ressaltadas por Antunes (2005, p. 108): “A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa”. Mas, por outro lado, a pouca visibilidade e ou valorização social do trabalho feminino têm sido muito comuns em diferentes contextos.

Portanto, a distinção entre homens e mulheres presente na divisão sexual do trabalho não é simplesmente uma forma para designar uma repartição das tarefas entre homens e mulheres, como uma complementaridade, mas traduz uma relação de poder (KERGOAT, 2009). Desse modo, percebe-se que essa forma de divisão social do trabalho entre os sexos, apresenta dois elementos importantes que merecem ser refletidos.

O primeiro diz respeito à distribuição de papéis sociais entre os sexos masculino e feminino. E o segundo trata-se da “hierarquização”, ou seja, do poder que os homens têm exercido sobre as mulheres. Essa divisão social do trabalho têm dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres), e o da hierarquização (o trabalho de um homem “vale” mais do que de uma mulher) (KERGOAT, 2009).

Esses dois princípios reafirmam as mulheres numa relação e posição inferiorizada diante da distribuição de papéis e assim sucessivamente. Coerente a isso, temos visto que os papéis que requerem maior esforço físico ou autoridade (exercício do poder) é, geralmente, de exclusividade do gênero masculino. Por isso, de acordo com Riot (2009) o que define uma relação de poder é um modo de ação que não atua direta e imediatamente sobre os outros, mas que atua sobre sua própria ação.

A legitimidade presente nesse discurso sempre esteve presente e imbricado na própria noção de família, tendo em vista que a figura masculina seja na sociedade como na família sempre ocupou esse espaço da centralidade sendo este responsável pela esfera da produção, ficando em suas mãos o poder de decidir, de organizar o trabalho com a unidade familiar, e comercializar os produtos. Enfim, o homem é, portanto, essa figura representativa do grupo familiar que trabalha.

Em se tratando do trabalho feminino realizado na agricultura familiar têm sido representado e entendido como ajuda.

O trabalho agrícola das mulheres é “ajuda” porque está fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas ou reprodutivas, mas, por realizar-se com frequência diária, associa-se e quase se confunde com estas. Na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda” por afastarem-se de sua atribuição própria, que são as atividades produtivas. (POTELLA et al. 2004 p.57)

Não muito diferente disso, no acampamento no qual realizamos a pesquisa o trabalho das mulheres em muitos casos ainda é considerado como uma espécie de “ajuda” tanto pelo seu companheiro, como por elas mesmas. Assim, as mulheres mesmo trabalhando duplamente tanto nas atividades reprodutivas (doméstica) quanto produtivas, não reconhecem enquanto trabalho.

Desse modo, ao constatar as diversas situações de trabalhos realizados pelas mulheres, seja em casa ou fora dela, procuramos saber mais desse trabalho, diante disso, vimos a importância de levantar duas questões para o questionário dirigido: O que você acha do trabalho que é desenvolvido pela mulher no lote? E como esse trabalho é visto pelo seu companheiro? Partindo destes questionamentos foi possível também conhecer diferentes versões e interpretações que seu companheiro (esposo) atribui sobre o trabalho que a mulher têm desenvolvido no lote da família. Como podemos observar no quadro abaixo que traz alguns dos levantamentos que fizemos:

Nome	Situação levantada
Cicero Marques da Silva	A mulher tem a mesma disposição que o homem tem, mais não tem a mesma resistência. Pois em se tratando da mulher é um sexo frágil, mais mesmo assim é proveitoso o que ela desenvolve no lote.
Raimundo N. R Almeida	Acho muito importante, pois ela contribui bastante e o que ela faz eu já não faço.
Raimundo N. Rodrigues	Acho muito bom, pois facilita mais o meu trabalho.
Jaime Alves Cabral	Muito importante, de certa forma é uma contribuição.
Pedro C. da Silva	Acho muito importante a mulher acompanhar o esposo nas atividades que são desenvolvidas no lote.

Aqui procuramos demonstrar as diferentes concepções que os homens atribuem ao trabalho das mulheres, assim sendo, como podemos visualizar no quadro acima eles têm considerado essas atividades enquanto uma contribuição muito importante, os demais pesquisados atribuíram essa prática muito boa, tendo em vista que está fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas ou reprodutivas. Novamente sobressalta a compreensão sobre o trabalho das mulheres como uma “ajuda”.

Diante disso, mesmo as mulheres se fazendo presente nessas atividades ficar evidente que existem problemas ligados especificamente ao poder do homem na família, uma vez que “só o homem é reconhecido como trabalhador, produtor e proprietário rural, restando as mulheres a identidade de dona de casa e não a trabalhadora, produtora ou proprietária rural.” (POTELLA, et al. 2004. p.69).

É importante ressaltar o que está em discussão é as representações sociais sobre o trabalho e o valor do trabalho e suas marcas de gênero. Na agricultura familiar, as mulheres estão praticamente em todas as atividades, mas na roça estão principalmente no plantio, na capina, na colheita e na seleção das sementes. Já os homens sendo essa figura representativa da família é visto como o principal executor de todas as etapas do trabalho da roça.

Desse modo, percebemos que o “trabalho” têm outras faces seja ele produtivo ou reprodutivo, tendo em vista que é sempre esse “valor” que vai distinguir essa relação do trabalho entre os sexos. Entretanto, essas representações sociais do trabalho centrado no valor vêm nos afirmar que produção masculina “vale” mais que produção feminina, mesmo em se tratando de trabalhos idênticos.

Portanto, o valor do trabalho empregado aqui não se refere ao sentido econômico, mas enquanto um elemento construtor que distingue essas representações sociais, assim sendo “ele induz a uma hierarquia social. Valor e princípio de hierarquia, sob aparências múltiplas, permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher” (HIRATA; KERGOAT 2003, p.113). Também a ele se atribui o exercício de atividades com maior valor agregado.

Os dados levantados durante a pesquisa nos possibilitaram conhecer e compreender melhor a dinâmica do trabalho das mulheres, onde podemos constatar que no trabalho produtivo, a uma grande participação das mulheres, tanto na execução das atividades como também nas decisões da família.

Assim, este estudo nos proporcionou dados fundamentais para compreender a dinâmica estabelecida pela família no que se refere aos processos produtivos. Nesse sentido, faz-se necessário dizer que as mulheres nos diferentes espaços que atua sejam na casa ou nos serviços da agricultura familiar se “sobressaem nas múltiplas atribuições que lhes cabem, sempre vinculadas à produção de condições materiais e sociais para a manutenção das famílias” (MANESCHY, 2013 p.44).

Diante disso, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental na luta pela conquista da terra, incluindo os processos produtivos. Além de realizar todas as tarefas domésticas ainda desenvolve o trabalho na agricultura mesmo sendo uma atividade

considerada pesada. Assim sendo, “esta divisão entre trabalho leve e pesado somente existe no plano das representações sociais” (SILVA, 2013, p.167).

Desse modo, embora as mulheres trabalhem efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar, somente são reconhecidas e valorizadas pelas atividades que realizam como esposa e mãe – não como produtora (SILIPRANDI, 2013).

CAPÍTULO 3

HISTÓRIAS DE VIDA PELAS VOZES DE AGRICULTORAS ACAMPADAS NO TIBIRIÇÁ, MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

Neste terceiro capítulo, buscaremos abordar as trajetórias e experiências de vida de mulheres do Acampamento Tibiriçá, buscando compreender as interpretações que elas elaboram de sua participação na luta pela/na terra na região sudeste do Pará.

Consideramos pertinente trabalhar com as narrativas de história de vida de quatro mulheres acampadas, onde buscaremos conhecer como têm sido o processo de luta e resistência dessas mulheres pela conquista da terra, incluindo suas experiências no campo do trabalho.

As mulheres do campo nesse cenário da luta pela/na terra na região têm vivenciado diferentes experiências durante sua participação na luta pela conquista da terra. Assim sendo, Schwendler (2002, p. 05) vem nos afirmar que;

Na luta pela conquista da terra, a mulher torna-se um agente histórico fundamental, quer seja pelo enfrentamento da situação dada pela ocupação, seja pelas relações que reconstrói com sua presença ativa na luta. A presença feminina como sujeito histórico torna-se fundamental na luta pela terra e a torna possível.

Em se tratando do sudeste paraense, é preciso reconhecer a complexidade que envolve suas trajetórias e experiências, considerando os múltiplos deslocamentos (migração) que as famílias realizaram em busca de um lugar para viver e trabalhar.

“As histórias que ouvi remetem a uma mobilidade: a busca de um lugar, um pedaço de terra, nos remete a uma migração para garantir a sobrevivência da família” (SILVA, 2007, p. 62). Nesse sentido, as histórias de vida que passaremos a conhecer são narrativas que expressam a luta pela terra, por mulheres camponesas que migraram do nordeste é que tinham como projeto de vida conquistar um pedaço de terra para poder trabalhar. Histórias que traduzem desejos de dias melhores.

Dona Francisca, acampada no Tibiriçá, agricultora familiar, mãe de quatro filhos, relata sua experiência de vida nesse processo da luta pela/na terra. “Eu nasci no Maranhão... Nasci no Maranhão num lugar... Chamado Lago da Pedra” (Francisca, 08/06/2014). Nascida em 1956, ela relata uma vida marcada pela itinerância de sua família, entre várias localidades que passaram.

Pois é, nós saímos do Maranhão pra cá, pro Lago da Pedra. Nós veio caminhando para o Goiás, foi três meses e vinte e dois dias, à pé. É que não

tinha estrada, nós viemos do Goiás pra São Miguel, aí quando chegamos em São Miguel nós passamos dois anos, meu pai não se deu lá e nós mudou para Bom Jesus, Estado de Tocantins, e aí passamos nove anos lá (Entrevista cedida por Francisca da Silva Ferreira, em 08/06/2014).

Assim como na história de dona Francisca, a migração na trajetória de vida de dona Dagmar, outra acampada no Tibiriçá, teve o seguinte percurso: Piauí – Maranhão – Tocantins – Pará. Essa itinerância evidencia uma recorrência na história do campesinato do sudeste paraense, a migração em busca de terra, trabalho e por melhores condições de vida, sendo comum, inclusive, a migração intergeracional, especialmente nordestina em direção a Amazônia oriental brasileira.

Ainda em se tratando desse processo migratório, nessas idas e vindas ao acampamento tivemos a oportunidade de conhecer as histórias de vida de Maria Silvia e Maria Antônia, também acampadas no Tibiriçá. Também elas disponibilizaram um pouco do seu tempo e compartilharam suas histórias, suas experiências da trajetória vivenciada na migração para chegar até a região.

Meu natural é Formosa Barras Piauí. (...) durante essa luta pela terra, já passamos por várias localidades, primeiramente foi pra Gurupi que era Goiás que hoje é Tocantins, aí passei lá uns quinze anos aí minha família veio para Marabá no Pará no ano 1996, que já têm aproximadamente 20 anos e aí continuo por aqui. (Entrevista cedida por M^a Antônia Sousa Silva Boch, em 04/05/2015)

(...) nasci no Maranhão na região de Solidade. Aí morei algum tempo lá, aí foi pro Tocantins que antes era Goiás, aí só depois de alguns anos vim embora pro Pará mais meus pais, na época eu tinha 9 anos. (Entrevista cedida por M^a Silvia Lacerda Barros, em 01/04/2015)

As narrativas acima destacam a mobilidade que essas mulheres e suas famílias fizeram em busca de um lugar, um pedaço de terra, portanto, as famílias que migraram tiveram como perspectivas conquistar melhores condições de vida. Essas histórias, como a de dona Dagmar, Francisca, Maria Silvia e Maria Antônia mostra o Estado do Pará com outras possibilidades de sobrevivência durante a década de 1980 para as pessoas que por aqui chegavam.

Nessa época, segundo elas, sobre essa região ouviam-se muitas propagandas de terra, essas famílias por não ter a posse da terra não pensaram duas vezes decidiram migrar em busca de terra e trabalho. É importante ressaltar que essas famílias vieram para o Estado do Pará contando com o incentivo e o apoio da rede de parentesco que já se encontrava instalada nessa região.

Diante disso, as entrevistas mostram as separações e os reencontros dos familiares, uma vez que as redes de parentesco possibilitaram o contato com novos lugares e outras possibilidades de vida. As memórias aqui relatadas evidenciam os diversos espaços que essas mulheres transitaram, informados, principalmente, por uma luta pela vida que permeia a luta pela terra. Penso que o ato de relembrar e contar suas histórias de vida, enquanto um trabalho da memória possibilita a emergência de experiências vividas que vão construindo sua própria identidade.

Dessa forma, as narrativas de histórias de vida presentes neste trabalho participam da produção de efeitos de identidades e temporalidades que marcam trajetórias de vida de mulheres camponesas migrantes e suas famílias em busca de terra e trabalho.

Assim, essas famílias ao chegar ao Pará, viram que era um projeto possível conquistar a terra, uma vez que essa região existia uma grande expansão de terras devolutas.

No caso da história da dona Dagmar sua vinda para o Estado do Pará ocorrida em 1984, foi desencadeada devido a rede de parentesco que já se encontrava na região, isto é, um tio de seu esposo convidou-os para conhecer esta região e só assim poder realizar o sonho de ter sua terra própria.

Com a proposta não pensaram duas vezes, em desistir do lugar em que vivia, uma vez que o tempo que passaram não conquistaram nada, o pouco que faziam em terras alheias dava apenas para o sustento da família. Certamente, essa persistência fez com que eles com muita dificuldade viessem para o Estado do Pará e conquistar a sonhada terra.

Aí ele foi conta a historinha, você não vai aguenta a distância, olha é vinte cinco dias de a pés, que só tinha carro lá da onde nós morava, do Tocantins aqui em marabá, e até uma senhora de três poderes aonde o carro ia, né aonde o carro ficava era vinte e cinco dia de viagem pra chegar no destino. Eu digo, mas eu aguento, mas vamos lá! tu agrado. Agradei lá e muito bom, dar de nós conseguir um pedaço de terra? Dá, ... Nós vai? não temos nada aqui mesmo! Só tem casinha de palha.

[...],

[...], até onde foi carro muito bem, aí ele disse - *agora daqui pra frente é no pé*, um borá ver o que vai dar, aí não tinha estrada, era uma varedinha assim, só via o ritmo só aquela batida.

Nesse sentido dona Dagmar ressalta que, “Aí assim foi o caso de deixar o Tocantins onde morava, pra eu ir a este destino procurar um lugar suficiente pra ser nosso, como hoje é nosso”. Finalmente com muita luta e persistência a família conquistou a terra no ano 1984, e a partir do momento que adquiriram a posse continuaram com suas atividades na agricultura familiar, já que era a principal renda da família.

Ao analisar as histórias de vidas dessas mulheres encontramos uma riqueza de detalhes narrados sobre suas experiências de vida. No caso das narradoras (Dagmar, Francisca, Maria Silvia e Maria Antônia) “os momentos importantes de sua vida – aparecem para reforçar a sua trajetória direcionada à “luta pela terra” (GUIMARÃES, 2010, p. 70) e essa como espaço de vida e trabalho.

Outra marca na história de vida destas narradoras se refere quanto a sua participação com o trabalho na agricultura familiar. Para elas o trabalho além de ser uma atividade humana representa valores. Desse modo, compreender o trabalho nas suas diferentes formas é entender que o trabalho está relacionado a um conjunto de representações que envolvem não só trabalho produtivo, mas o social, o organizativo e também o intelectual. Nesse sentido, Resende (2009, p. 49) fazendo referência a Max sobre significação do trabalho ressalta que ele “compreendeu o trabalho não como forma particular, mas como essência da vida humana, da qual derivam todas as outras formas de atividade”.

Assim, o trabalho aparece como um elemento importante na vida das trabalhadoras uma vez que, é por meio do trabalho que elas se recriam e se reinventam no campo, diante disso, “o significado da vida de agricultoras têm para cada uma delas um valor centrado no trabalho.” (REIS FILHO, 2012, p.174).

No entanto, compreender o mundo do trabalho é primeiramente reconhecer que esse campo é diverso e se realiza sob diferentes formas e em condições históricas determinadas. Nesse sentido, o trabalho enquanto uma atividade humanizadora têm sido ressaltada nas narrativas das mulheres associando o trabalho enquanto socialização do grupo familiar.

Eu comecei a trabalhar com meus pais eu tinha seis anos de idade, não ia para roça mais era o dia todo sentada limpando o algodão, porque minha mãe era tercelona. Ela tencia rede para vender, aí nós passava o dia limpando o algodão, aí os maiores aí descaroçar o algodão. Aí quando passei por dez anos eu já fiava, fiava algodão, para fazer linhas para tecer rede, aí quando eu completei doze anos, aí pronto. Meu rojão era só trabalhar (Entrevista cedida por Francisca da Silva Ferreira, em 08/06 2014).

Nota-se que o trabalho marca a vida dessas mulheres desde muito cedo, podemos dizer que é a pedagogia da vida ou a escola da vida, momentos em que os pais passam aos filhos o que sabem fazer e que são saberes úteis a vida.

Dona Francisca em suas lembranças de quando criança relata que trabalhava com seus pais a fiar o algodão, só após alguns anos que ela passa desenvolver as atividades na agricultura (roça). Observe que, para ela, o trabalho é sinônimo de atividade produtiva e essa inclui aquelas desenvolvidas no ambiente doméstico. Portanto, dona Francisca reivindica o reconhecimento de sua agência produtiva desde a infância.

Não muito diferente dona Dagmar ressalta sua trajetória de vida (desde a infância), marcada *pelo trabalho na roça*³ também numa lógica familiar de organizar o trabalho produtivo destinado à sua reprodução material e social.

Aí continuei trabalhando nas roças com meu pai, ele fazia aquelas roças distantes, nós levantava cedinho da manhã e peitava no mundo. Lá, se era tempo da queimada daquela roça, nós ia ajuntar garrancho igual tá ali, tudo limpo. Quando terminava, meu pai ia plantar e nós ia limpar o chão arrancando o mato. Aí, certo que nessa rotina, eu fiquei trabalhando com meu pai. Aí meu pai perguntava: *minha filha, você gosta de trabalhar?* – Papai, eu gosto, eu tô achando muito bom, porque aqui eu me dedico direitinho, eu sei o que eu tô fazendo no meu serviço. Então continuei trabalhando mais meu pai (Entrevista cedida por M^a Dagmar de Sousa Ferreira, em 30/12 2013).

O trabalho no campo não é uma marca exclusiva na história de Dagmar e Francisca. Também Maria Silvia e Maria Antônia relatam sua participação produtiva e o entrelaçamento das dimensões material e cultural do trabalho no interior do grupo social.

Desde a minha infância fazia de tudo um pouco, ajudava meu pai nos serviço da roça, além disso, ajudava minha mãe em casa, de tudo nós fazia um pouco: capinar, plantar, encoivarar, colher, fazia tudo. Eu e meus irmãos ajudava meu pai fazer, foi isso que aprendi com meus pais na agricultura e venho desenvolvendo até hoje. (Entrevista cedida por M^a Silvia Lacerda Barros, em 01/04/2015)

Meu pai criou a gente na roça trabalhando, lutando, eu sempre trabalhei ajudando meus pais na roça, já vêm de cultura, aí quando era tempo de roça ajudava meu pai. (...) sei fazer de tudo na roça capinar, roçar, brocar e plantar e colher [risos] aí às vezes eu pagava pra derruba porque geralmente é palmeiras e outras arvores mais grossa que têm que ser no motor serra, aí queimava, encoivarava, plantava e colhia (...) mas é todo ano eu coloco meu pedaço de roça, essa é uma cultura que já vêm de família. (Entrevista cedida por M^a Antônia Sousa Silva Boch, em 04/05/2015)

Também não podemos deixar de perceber a significação do trabalho ao mesmo tempo fonte de prazer e sofrimento. De acordo com Reis Filho (2012) não se pode deixar de reconhecer que há uma carga de penosidade nesse tipo de trabalho.

O estudo tendo como foco as narrativas orais é uma fonte fundamental, uma vez que nos possibilita por meio das entrevistas conhecermos histórias contadas por quem viveu e vive as experiências, seja da luta pela terra ou de outras experiências significativas.

Desse modo, o sujeito que narra o passado é um sujeito impregnado do presente. É nesse fazer que as leituras que as pessoas fazem do passado nos permite conhecer as

³ São as principais atividades realizadas na agricultura familiar pelos trabalhadores/as rurais, visando o cultivo da terra para a produção de alimentos, como: preparar a terra (roçar, “brocar” quando se trata do roça de toco), plantar, manter a limpeza (capinar ou arrancar as plantas intrusas) e colher etc.

diferentes versões e interpretações das histórias vividas pelos seus personagens. Conforme ressalta Pereira (2013, p. 23) “O ato de lembrar é uma reconstrução orientada sempre pela vida atual, onde passado e presente ora se aproximam ora se distanciam ora coexistem”.

As memórias aqui relatadas evidenciam os diversos espaços que essas mulheres transitaram, marcado, principalmente, por uma luta pela vida que permeia a luta pela terra. Penso que o ato de relembrar e contar suas histórias de vida, enquanto um trabalho da memória possibilita a emergência de experiências vividas que vão construindo sua própria identidade. De acordo com Silva (2008 p. 96-97); “A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. [...] a identidade está ligada as estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representações”.

No decorrer das narrativas é possível observar que muitas das histórias narradas possuem pontos em comuns, haja vista que suas narrativas são marcadas pelo sentido da integração família-terra-trabalho.

Outra marca na história tanto da dona Dagmar, quanto da dona Francisca é o trabalho em “terras alheias”. Uma realidade marcada pelo trabalho subordinado ao dono da terra e pela expropriação de parcela da produção agrícola realizada, necessária ao sustento da família. Como elas contam ao longo da sua história de vida.

Não era terra do meu pai não, nós trabalhava nas terras alheias também, lá meu pai trabalhava só que era longe, porque assim pertinho não tinha terra, era longe. Aquelas pessoas que tinha aqueles pedaços de terras que dava de fazer colheta, eles arrumava pra gente fazer aquela plantação de arroz, milho [...]. Aí quando chegava a época de nós colher, a gente colhia aquele arroz, aí pagava uma renda assim pro dono daquela terra que nós tava trabalhando, uma porcentagem, só ficava com um tanto. Então ali quando chegava a época de bater o arroz, ali primeiramente quando batia, já separava a renda do dono daquela terra que nós tava trabalhando, aí o que ficasse dali era que tocava pra nós (Entrevista cedida por M^a Dagmar de Sousa Ferreira, em 30/12 2013).

Trabalhava nas terras aleias pagava renda que tinha muita gente que não dava a terra fazia era arrenda. Aí nos tinha que pagar renda, e daí pra cá, saímos só para trabalhar nas terras aleias, toda vida. (Entrevista cedida por Francisca da Silva Ferreira, em 08/06 2014).

Nossas narradoras contam que suas famílias por não terem a terra subordinavam-se ao trabalho nas terras alheias para poder garantir o sustento da família. Nessa prática do trabalho da roça, toda a produção realizada era dividida entre o trabalhador e o dono da terra, caso contrário à família estava impossibilitada de realizar o cultivo na terra. Portanto, no

Maranhão e Tocantins as relações da família com a terra para reproduzir-se como agricultores familiares se dava como meeiros.

Além disso, a condição de trabalho e produção vivenciada pelas duas famílias inviabilizava a prática da diversidade de cultura na terra, tendo em vista que os proprietários não permitiam o desenvolvimento de outros tipos de cultivo a não ser o arroz e o milho. É importante ressaltar que essas famílias ainda que trabalhando nas terras alheias, mantinham a expectativa de reverter essa situação. Como diz dona Dagmar Ferreira de Sousa “como nós têm o sonho de encontrar um lugar pra nós trabalhar sendo nosso, nós vamos procurar”.

Essas famílias por vivenciar essas condições de trabalho nas terras alheias é sem autonomia para realizar suas atividades, decidem procurar outros meios que viessem não só trabalhar, mas conquistar a terra própria.

Nessa época, o Estado do Pará surgiu então como território de possível acolhimento para as famílias que não tinham terra, mas também como território que proporcionava a elaboração de sonhos, utopias e realizações. A cidadania para os camponeses se assenta na efetivação de um direito básico para sua reprodução social: o direito a terra. Esse se vincula a possibilidade do trabalho autônomo e da reprodução cultural.

Apesar das dificuldades anunciadas para a migração e estabelecimento na terra dona Dagmar ressalta sua participação ativa na decisão de migrar. As motivações da migração articulam terra e trabalho, uma vez que no Maranhão e Tocantins trabalhavam em terras alheias e o resultado do trabalho era pouco, mal dava para o sustento da família (ela e o esposo), porque era dividido com o dono da terra.

Assim como na história de vida de dona Dagmar, a família de dona Francisca em busca de novas expectativas de vida, viu que o Estado do Pará era a oportunidade que tinha para conseguir um pedaço de terra, tendo em vista que na época no Pará existia terras devolutas que com o passar dos anos foram ocupadas por trabalhadores/as migrantes. Assim, como nossas narradoras, muitas famílias pobres migraram para o Norte do País, uma vez que a procura da terra aparece como possibilidade de sobrevivência da família, de ter autonomia para realizar suas atividades.

Diante disso, a vinda dessas famílias para o Pará tinha no horizonte possuir uma terra, porque, apesar das dificuldades, ainda era um projeto possível.

As narrativas das mulheres trazem os detalhes das dificuldades que tiveram ao enfrentar o processo de migração até o estabelecimento na terra nessa região. Elas, geralmente, falam dos motivos da migração, das condições cotidianas difíceis da chegada e

estabelecimento no novo lugar, tendo em vista que as terras geralmente eram distantes da cidade.

As trajetórias acima indicam que as mulheres foram e são fundamentais no processo de luta e permanência na terra, porque, dentre outros papéis, elas assumem uma agência fundamental no trabalho produtivo familiar. Isso é uma realidade não só na região Sudeste do Pará, mais recorrente em outras regiões do país.

Pressupondo a sobrecarga de trabalho para as mulheres no âmbito familiar perguntamos a elas se era difícil conciliar as atividades de casa (doméstica) com as da roça.

Conciliar as duas coisas ao mesmo tempo pra mim não acho difícil, porque pra mim tudo está perto de casa (...). Se você quiser você faz o almoço e faz tudo ao mesmo tempo, porque quando eu era mais sadia eu fazia tudo isso e nunca impediu de eu realizar as tarefas da roça e as de casa. (Entrevista cedida por M^a Silvia Lacerda Barros, em 01/04/2015)

Nesse fazer, dona Maria Antônia expressa sua visão sobre a sobrecarga de trabalho que assume e como ela tem feito para conciliar a dupla jornada em atividades na roça e em casa.

É um pouco difícil, mais dá pra conciliar a dupla jornada de trabalho, fácil não é não [risos], mas a gente faz assim, se tem um serviço pra eu realizar amanhã ou terminar esse serviço, aí eu costumo fazer o seguinte, preparo a comida como hoje de tarde ou a noite pra cedo entra no serviço, aí trabalho até meio dia, e quando chego da roça meio dia já faço outra coisa lavo uma roupa. (Entrevista cedida por M^a Antônia Sousa Silva Boch, em 04/05/2015)

Ainda que as mulheres pratiquem o trabalho no campo esse trabalho na maioria das vezes é caracterizado por elas como leve ou pesado, uma vez que o trabalho considerado “pesado” nem sempre aparece como tarefa exclusiva do gênero masculino como é o caso do trabalho realizado na roça. Segundo as mulheres entrevistadas, nem todos os serviços são leves, o trabalho pesado para elas é visto, sobretudo pela dupla jornada de trabalho dentro e fora de casa. Assim sendo, o trabalho leve ou pesado não passa de mera representação. Nesse sentido Torres (2012, p.202) afirma que:

(...) as próprias mulheres rurais reconhecem que elas executam, também, trabalhos pesados como é o caso da preparação do roçado para o plantio agrícola. Acrescenta ainda que são elas que se ocupam da limpeza do campo sob a técnica da capinação e da coivara que consiste na queimada do matagal retirado para adubar e hidratar a terra para o plantio.

Retomando as narrativas de Dagmar e Maria Antônia na prática do Acampamento elas relatam suas experiências tendo como referências as categorias: trabalho na terra e luta. São referências de produção de sentido para suas histórias de vida.

“Eu gosto do sentido da roça...”.

[...] porque eu gosto muito de tá mesmo é dentro da terra. Eu gosto de tá ali, mesmo mim movimentando, plantando, capinando, fazendo uma coisa. Quando eu não acho outro tipo de serviço assim pra mim fazer, eu vou ali no cocauzinho que têm, ajunto coco.[...], mas eu não paro de trabalhar, mas eu gosto de fazer tudo isso, porque me sinto bem. [...], mas foi minha luta, eu lutei muito, hoje eu vivo cansada já um pouco, por causa da idade que eu têm, é eu comecei trabalhar muito nova, eu tinha 12 anos de idade quando eu peguei a luta do trabalho assim, mas eu me sinto bem, ainda hoje eu faço meus serviço (Entrevista cedida por M^a Dagmar de Sousa Ferreira, em 30/12/ 2013).

Meu pensamento e de fica por aqui, na terra produzindo que eu amo, amo de paixão, minha paixão é plantar e produzir é uma maravilha plantar e depois a gente olha e ver os plantios produzindo, (...) é gostoso demais, eu acho muito bom, muito legal e assim vou levando a vida, lutando até chegar o final dela [risos] (Entrevista cedida por M^a Antônia Sousa Silva Boch, em 04/05/2015)

As narrativas acima evidenciam a importância que elas dão ao espaço que trabalham e o que elas desenvolvem (atividade humana) ali, enquanto produção de si como ser humano e como produção cultural mais ampla. Nas histórias aqui analisadas, vimos que os temas que marcam as trajetórias de vida dessas mulheres são migração, família, trabalho na terra alheia e luta pela terra. Estes se configuram como elementos significantes que marcam sua identidade no campo.

É visível tanto na história de dona Dagmar, quanto de dona Maria Antônia a percepção que cada uma delas têm em relação ao seu lugar social. “O sentido da roça” aqui para elas traduz o sentimento de pertença ao espaço que vive, o afeto na relação com a terra, mas também o sentido da roça é mais do que uma opção de alguém que simplesmente gosta da roça, têm uma relação, sobretudo afetiva e cultural que se apresenta como elemento significativo que marca suas identidades enquanto trabalhadoras. Portanto as histórias dessas mulheres produzida nesse contexto social da luta pela terra reforça o ser mulher também como protagonista da luta social no campo.

Essas práticas e saberes das mulheres como trabalhadoras possuem grande relevância para a (re)produção sociocultural camponesa e ou seus projetos de futuro, pois são elas, em especial, que veem a necessidade de ensinar os conhecimentos às novas gerações, bem como promovem o trabalho na sua dimensão de socialização do grupo. O que reflete a própria experiência formadora dessas mulheres: a referência ao trabalho e a socialização familiar.

Conforme Scott (1999, p.5) não é os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são construídos através da experiência. Além disso, fazendo referência ao conceito de E. P. Thompson (1978, p. 189) ressalta que:

Experiência e “cultura” (...). Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns teóricos). Elas também experimentam sua experiência como sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.

“Eu trabalho, eu fico assim na roça, é porque eu me sinto tão bem, mas tão bem, eu me sinto... Dentro da roça eu gosto” (Dagmar). Isso têm haver com sua experiência de vida, sentimento que associa trabalho, terra e família, constituídos para ela em referências de identidade.

A experiência das mulheres nesse cenário da luta social no campo, forja o coletivo como valor para si, ao mesmo tempo que são forjadas no interior de coletividades concretas, também com suas contradições. Conforme Scott (1999, p.16) a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito.

No caso da mulher ser a chefe de família, o trabalho assumido se torna mais intenso e polivalente, o que apresenta como um desafio para sua vida no campo. Assim dona Maria Antônia que têm vivenciado essa experiência no campo relata que:

Não é fácil pra mulher fazer tudo sozinho. Pra me foi muito difícil nunca tinha vivido um experiência assim, nunca tinha passado tanto tempo sozinha dentro do mato sem ver ninguém, mas graça a Deus eu permaneci aí, de vez enquanto vinha meus filhos, só que ele queria era me tira daqui. (...) força de vontade tenho bastante de trabalhar, agora se tivesse alguém ou uma pessoa pra ir fazendo era muito melhor, mas mesmo assim nunca quero abandonar quero fica aqui pra me ficar me movimentando porque meu prazer é mexer com a terra, tá com a mão na terra plantando, colhendo assim eu me sinto muito bem. (Entrevista cedida por M^a Antônia Sousa Silva Boch, em 04/05/2015).

Desse modo, as narrativas dessas mulheres têm nos permitido visualizar as diversas experiências que estas elaboram nesse espaço da luta pela/na terra no sudeste do Pará.

Poderíamos dizer, portanto, que a experiência é um movimento de ida e volta. Um movimento de ida porque a experiência supõe um movimento de exteriorização, de saída de mim mesmo, de saída pra fora, um movimento que vai ao encontro com isso que passa, ao encontro do acontecimento. E um movimento de volta porque a experiência supõe que o acontecimento afeta a mim, que produz efeitos em mim, no que eu sou, no que eu penso, no que eu sinto, no que eu sei, no que eu quero, etc. (LARROSA, 2011, p. 6)

Assim, como Dagmar, Francisca, Maria Antônia e Maria Silvia muitas outras mulheres do campo podem vir representar um conjunto de narrativas não contadas sobre a diversidade das práticas, memórias e saberes construídos no processo de luta pela terra, especialmente em torno das identidades e agência feminina.

A luta é uma categoria recorrente na narrativa dessas mulheres. Ela expressa uma interpretação de sua história: nunca esteve pronta, sempre foi uma conquista que dependeu de sua ação e da interação com os outros (família, acampados, etc.). “Ter uma terra pra eu ficar, dizendo esse aqui e meu, eu lutei tanto tempo pra eu hoje ser dona dela. Não é nem pelo trabalho, foi pela luta pra mim ganhar ela” (Entrevista cedida por M^a Dagmar de Sousa Ferreira, em 30/12/2013).

Outro dado a ser considerado é que embora as mulheres permanecessem (e permaneçam) na luta cotidiana, pouco se tem registrado essa participação, isso revela que os homens ainda assumem a principal referência, assim relegando a mulher a ocupar um papel secundário.

Portanto, no sentido de evidenciar a atuação das mulheres diante do seu não reconhecimento no interior do seu próprio grupo social, vimos que o recurso da história oral, da memória, das histórias de vida como um método de pesquisa nos possibilitou, no caso específico desse estudo, um olhar sobre o papel que vêm sendo desempenhado pelas mulheres nesse campo da luta pela/na terra. Esse processo que marca ocupações e resistências camponesas apresentam elementos importantes para compreendermos, nesse caso, a participação das mulheres camponesas nesse cenário de luta pela terra.

Considerações finais

O trabalho apresentado teve como objetivo fazer um estudo sobre as condições de vida e trabalho de mulheres acampadas no acampamento Tibiriçá município de Marabá no Sudeste do Pará, tendo como elemento o trabalho da história oral nas construções de narrativas como um método de pesquisa importante.

Diante das reflexões apresentadas nas narrativas é possível observar que as memórias relatadas pelas mulheres entrevistadas evidenciam os diversos espaços nas quais as mulheres transitaram, marcado, principalmente, por uma luta pela vida que permeia a luta pela terra e de sua existência apresentadas nas narrativas que são marcadas pelo sentido da integração família-terra-trabalho.

Suas narrativas são marcadas pelo processo de migração, família e trabalho na terra são pontos essenciais que marcam as trajetórias de vida dessas mulheres algo presente a todo o momento em seus relatos. Mas por outro lado, a existência de uma fronteira agrícola no novo lugar fez com que essas famílias viessem garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente pelo fato da existência de terras livres acessíveis através do sistema de posse ou da ocupação de propriedades rurais, como é o caso do Acampamento Tibiriçá.

Outro aspecto marcante observado é o sentimento de pertença ao espaço que vive, o afeto na relação com a terra, mais também “o sentido da roça”. Nisso mais do que uma opção de alguém que simplesmente gosta da roça, tem uma relação, afetiva e cultural que se apresenta como elemento significativo que marca a construção de suas identidades enquanto protagonistas da luta social no campo, a despeito do pouco registro ou produção acadêmica acerca dessa participação.

A pesquisa proporcionou dados fundamentais para compreender a dinâmica estabelecida pela família no que se referem os processos produtivos que vem sendo realizado cotidianamente, mas também como tem sido a atuação das mulheres nesse processo produtivo. Nesse sentido, faz-se necessário dizer que as mulheres nos diferentes espaços que atua sejam na casa ou nos serviços da agricultura familiar se sobressaem nas múltiplas atribuições que lhes cabem, sempre vinculadas à produção de condições materiais e sociais para a manutenção das famílias.

Por fim, uma marca importante nas vozes das mulheres se refere a sua luta que está centrada no esforço para constituir um “território” como lugar de vida e trabalho e que possa servir como espaço de referencia para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Maura Pereira; MEDEIROS, Evandro Costa. Pedagogia do Campo: Histórias de vidas e a Formação de Educadores no Sudeste do Pará. In: LUNAS, Alessandra da Costa, ROCHA, Eliene Novais. (org.). **Práticas pedagógicas e formação de educadores (a) do campo**. Brasília: Dupligráfica, 2009.

ANTUNES, Ricardo. A CLASSE–QUE-VIVE-DO- TRABALHO: A forma de ser da classe trabalhadora hoje. In: **Os sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editorial Boitempo, 2005, p. 101-117.

ASSIS, Willian Santos de. Mobilização Camponesa no Sudeste Paraense e Luta Pela Reforma Agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. Apresentação. In: POTELLA, Ana Paula, SILVA, Carmem e FERREIRA Simone (org.). **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar**. Recife: SOS CORPOS – Gênero e Cidadania, 2004.

BEZERRA, Rosemayre Lima. **Mulheres posseiras**: uma história de luta silenciada. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais, Marabá Pará, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Historia oral**: Memória, Tempo, Identidade, Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 15-31.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento: In:___ CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina B. **História, política e testemunho**: violência e trabalho na Amazônia brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa (MT), Aparecida Barbosa da Silva. História Oral, v.13, n.1, p.53-86, 2010.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira – 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia; A questão Agrária**: Problemas e conflitos não resolvidos. Vol. 2, Belém: Editora universitária UFPA, 2004.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. A Divisão Sexual do Trabalho revisitada. In: MURUANI, Margaret. HIRATA, Helena (org.). **As Novas Fronteiras da Desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho**. Clive Rapkiewicz (tradutora) - São Paulo: Editora Senac, 2003.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo: In:___ HIRATA Helena et.al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n.2, p. 04-27, jun./dez. 2011.

MANESCHY, Maria Cristina. Mulheres na pesca artesanal: Trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará: In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

MICHELOTTI, F.; Ribeiro, B.; Souza, H. e Freitas, R. L. de A. (2007) **O agrário em Questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará**. Anais do II Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro, Setembro de 2007.

MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: 2004.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**/Antônio Torres Montenegro. 6. Ed. reimpressão. – São Paulo: contexto, 2013.

NEVES, Delma Pessanha. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistema de Produção: Uma Perspectiva de Gênero. **Revista Proposta**, ano 25, nº 71 Rio de Janeiro: Fase, 1

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Recife, 278f. Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

POTELLA, Ana Paula. Mulheres e Agricultura Familiar. In: POTELLA, Ana Paula, SILVA, Carmem. FERREIRA Simone (org.). **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar**. Recife: SOS CORPOS – Gênero e Cidadania, 2004.

REIS FILHO, Milton Melo dos. O lugar do trabalho de mulheres e homens em Isidoro e Barro Alto. In: TORRES, Iraíldes Caldas (org.). **O ethos das mulheres das florestas**. Manaus: Editora Valer/ Fapeam, 2012, p. 169-178.

RESENDE, Anita C. Azevedo. **Para a crítica da subjetividade reificada**. Goiânia: Editora da UFG, 2009, p. 34-56.

RIOT-SARCEY, Michele. Poder (es) In:___ HIRATA Helena et.al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Naira Pinheiro (trad.). São Paulo Editora UNESP, 2009, p. 183-188.

SARTRE, Xavier Arnauld. Et. al. O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira. In: NEVES, Delma Pessanha;

MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento. In: **As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)** Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive/05.php?rd=CONSTRUC567&ng=p&sc=3&th=42&sp>. Acesso em 05 de fevereiro de 2016

SCOTT, Joan W. “Experiência”. In: SILVA, Alcione L. da, LAGO, Mara Coelho de S. e RAMOS, Tânia Regina O. (Orgs.). **Falas de gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres1999, p. 21-55.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras e a Construção dos movimentos agroecológicos no Brasil: In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

SILVA, Idelma Santiago da. **Trajetória de vida e trabalho**: Migração e cultura numa região da Amazônia oriental brasileira/comunicação para o III Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe Brasil (CECEB), 20 a 24 de outubro de 2004.

SILVA, Keciêni Nunes da. “**Cada lugar aqui eu sinto que tem minha contribuição**” – gênero e subjetividades na luta pela terra no sudeste do Pará: Assentamento Palmares II/Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Marabá: UFPA, 2007. 87 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Colegiado de Ciências Sociais, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras: In NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: __ **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.180-199.

TORRES, Iraildes Caldas. Reflexões sobre trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia. In: __ TORRES, Iraildes Caldas (org.). **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer/ Fapeam, 2012, p. 197-209.

VELHO, Otavio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro. Zahar 1972.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: __ **Projetos e Metamorfoses**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zandar, 1994, p. 97-105.

HISTÓRIA ORAL

BARROS, Maria Silvia Lacerda. Entrevista Oral [gravada] concedida á Maria Marlete Ferreira Gomes. Marabá, 01 abril. 2015. 1h

BOCH, Maria Antônia Sousa Silva. Entrevista Oral [gravada] concedida á Maria Marlete Ferreira Gomes. Marabá, 05 abril. 2015. 50min

FERREIRA, Francisca da Silva. Entrevista Oral [gravada] concedida á Maria Marlete Ferreira Gomes. Marabá, 08 Jun. 2014. 50min

SOUSA, Maria Dagmar Ferreira. Entrevista Oral [gravada] concedida á Idelma Santiago da Silva e Maria Marlete Ferreira Gomes. Marabá, 30 nov. 2013. 1h. 50min

ANEXO

QUESTIONARIO DE PESQUISA:

PROJETO DE PESQUISA:

Histórias de vida e trabalho na terra: experiências de mulheres camponesas no sudeste do Pará.

LOCUS DE PESQUISA: ACAMPAMENTO TIBIRIÇA DATA ____/____/____

NOME DO ENTREVISTADO: _____ IDADE _____

NATURAL DE: _____ ESCOLARIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____ PROFISSÃO: _____

SEXO () Masculino () Feminino

LOCAL DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO: _____

ATIVIDADES QUE DESENVOLVE: _____

QUANTO TEMPO MORA NO LOTE: _____

QUESTIONARIO APLICADO POR: Maria Marlete Ferreira Gomes

ORIENTADORA: Idelma Santiago da Silva

1. Quantas pessoas trabalham no lote? ()

Quantas mulheres () quantos homens (). Qual a faixa etária de cada uma delas () 10 a 18 () 19 a 30 () 31 a 60

2. No lote da família o que se produz?

3. Que destino é dado à produção?

() somente para o consumo da família; () para o consumo da família mais excedente para comercialização; () somente para o comercialização (mercado). Por que?

4. Quais os tipos de culturas têm cultivado no lote?

5. Quais as atividades que são desenvolvidas pela família? _____

Quem faz o que? _____

Os meninos e as meninas participam dessas atividades? () Sim () Não por quê? _____

6. Quais saberes e crenças sua família leva em consideração na hora de realizar o plantio no lote? () Fase da lua () Santos () não acredita nisso () outros. Quais? _____

_____, como é praticado? _____

7. Há participação das mulheres na gestão produtiva? Como é a participação nas decisões das atividades agrícolas?

() Sim () Não por quê? _____

8. O que você acha do trabalho que é desenvolvido pela mulher no lote? _____

9. Como tem sido as tomadas de decisões nas atividades produtivas?

() individual pelo homem () pela mulher () coletivo

10. Quais as dificuldades a família tem enfrentado no lote para produzir?

11. Além das atividades domésticas você realiza as atividades da roça?

() Sim () Não

12. Como esse trabalho é visto pelo seu companheiro? _____

13. As atividades que são desenvolvidas pelas mulheres no lote elas são consideradas

() leves ou () pesadas? Cite essas atividades _____

14. Como é feita a divisão de tarefa no lote da família?

() sexo () faixa etária () pelo chefe da família

15. O trabalho que é praticado no lote é ensinado aos filhos? Sim () Não () Por que? _____

16. Tem alguma espécie que você não cultiva mais que gostaria de cultivar?

() sim ou () não qual? _____

17. É difícil pra você conciliar as atividades da roça com as tarefas domésticas?

() sim ou () não. Por quê? _____

18. O que lhe motivou seguir essa profissão?

() porque seu pai já trabalhava nessa atividade () foi a única opção () ou você se identifica com essa atividade justifique? _____

19. O que significa pra família possuir um lote de terra?

20. Quais as perspectivas que a família tem quando área for transformada em assentamento?
